

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



**Coren<sup>TO</sup>**  
Conselho Regional de Enfermagem de Tocantins



# INTRODUÇÃO

Prezado Leitor,

O objetivo deste relatório é permitir à sociedade compreender a atuação do Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Tocantins – COREN TO, e como são geridos os recursos provenientes de anuidades e demais valores arrecadados. Abordando as informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Este relatório expõe aos cidadãos e aos órgãos de controle, valores e resultados que o Coren-TO produz e entrega, além de demonstrar seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade e economicidade.

As informações aqui contidas referem-se aos fatos e atos ocorridos durante o exercício de 2018 sendo aprovadas pelo Plenário, órgão colegiado de governança do Conselho Regional de Enfermagem por meio de Reunião Extraordinária de Plenária.

# MENSAGEM DA PRESIDENTE

É com muita satisfação que apresento a vocês o primeiro Relato Integrado do COREN-TO. Este documento representa os resultados alcançados pelo Regional, bem como o desempenho do trabalho de toda a equipe para o cumprimento das atividades propostas por todos os conselheiros, funcionários e colaboradores. O compromisso da gestão foi o de tornar o COREN-TO um Conselho atento às suas atividades finalísticas e aos anseios dos profissionais de todo o Estado e essa meta pode ser encontrada em muito de nossos resultados.

Destaca-se a organização dos departamentos financeiros e controle interno, visto que estes empenharam-se em agregar a gestão os quesitos necessários para administrar de forma coesa as finanças de nossa instituição. Onde intuito desta administração está voltado para o cumprimento das normas dos órgãos de controle e na implementação do Planejamento Estratégico, ao atender às normas legais, alcançamos eficiência e transparência nos trâmites e procedimentos do COREN-TO.

A ética é o principal pilar do Regional, onde tem como prioridade a fiscalização, de forma a combater o exercício irregular da profissão, valorizando assim os bons

profissionais e a segurança da sociedade. Fica expresso no presente documento os investimentos e ações voltadas para a principal atividade dos conselhos de fiscalização.

Pois realizamos inúmeras atividades nas instituições de saúde, com a finalidade de fiscalizar, orientar e educar profissionais e gestores quanto ao exercício profissional de enfermagem, no intuito de garantir um serviço de excelência prestado pelos profissionais de enfermagem do Estado do Tocantins.

Por fim importante destacar que o Relatório de Gestão do ano de 2018 do COREN-TO traduz nossos esforços na implementação dos mecanismos, das instâncias e das práticas de governança requeridos para a elaboração do relatório integrado. Apresentamos nossas estratégias traduzidas nas ações e projetos institucionais zelando sempre pela transparência. Como vocês perceberão aqui, muitos objetos foram alcançados por esta gestão e quanto aos demais, estamos trabalhando para implementá-los.

Boa Leitura!

**ANA PAULA DELFINO DE ALMEIDA CECCO**  
PRESIDENTE



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>MENSAGEM DA PRESIDENTE</b>	<b>2</b>
<b>SUMÁRIO</b>	<b>2</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>6</b>
VISÃO GERAL	2
ORGANOGRAMA - 2018	8
AMBIENTE EXTERNO	9
MODELO DE NEGÓCIOS	2
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>2</b>
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	2
DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	2
FOTOS DA PLENÁRIA	2
PLANILHA DAS ÁREAS DE SUBUNIDADES	2
PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS	2
PRIORIDADES E METAS	2
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	2
IMAGENS ATUAIS DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO COREN TO	2
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>2</b>
GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS	2
REMUNERAÇÃO PAGA A MEMBROS DA PLENÁRIA E COLABORADORES DOS CONSELHOS	2
ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	2
APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	2
ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS	2
ATIVIDADES DESEMPENHADAS	2
PRIORIDADES E METAS	2
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	2
<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>2</b>
RESULTADOS DA GESTÃO	2
PLENÁRIA	2
DIRETORIA	2
PRINCIPAIS RESULTADOS	2
PRIORIDADES E METAS	28
INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS	28
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	2
ASSESSORIA TÉCNICA	2
OUVIDORIA	40
PROCESSOS ÉTICOS	42
FISCALIZAÇÃO	2
AÇÕES E ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO	2
PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2018	50
AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PROGRAMADAS PARA 2018	2
PRINCIPAIS RESULTADOS	2
PRIORIDADES E METAS	2



INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS	2
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS - PREVISTAS PARA 2019	2
DÍVIDA ATIVA	2
PRINCIPAIS RESULTADOS	2
PRIORIDADES E METAS	2
INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS	2
DESAFIOS E RISCOS	2
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CADASTRO	2
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	2
<b>CAPÍTULO 5</b>	<b>59</b>
AREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	2
GESTÃO DE PESSOAS	2
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	2
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2
GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	2
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	2
<b>CAPÍTULO 6</b>	<b>2</b>
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	2
ESTRATÉGIAS TRAÇADAS PARA ALCANÇAR MELHOR DESEMPENHO DAS SUAS ATIVIDADES	2
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	2
CENTRO DE CUSTO	2
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2
RESTO A PAGAR	2
BALANÇO FINANCEIRO	2
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA	2
NOTA EXPLICATIVA	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
BANCO CONTA MOVIMENTO/ARRECADAÇÃO	2
ALMOXARIFADO	2
RESTO A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS	2
SISTEMA PATRIMONIAL	2
INVENTÁRIO PATRIMONIAL	2
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES EM LONGO PRAZO	2
DÍVIDA ATIVA	2
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	2
OUTRAS CONSIDERAÇÕES	2

**VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E  
AMBIENTE EXTERNO**

**CAPÍTULO**

**1**

## CAPÍTULO 1

# VISÃO GERAL

Somos uma autarquia federal cuja motivação é resguardar a sociedade, tendo como finalidade disciplinar o exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem.

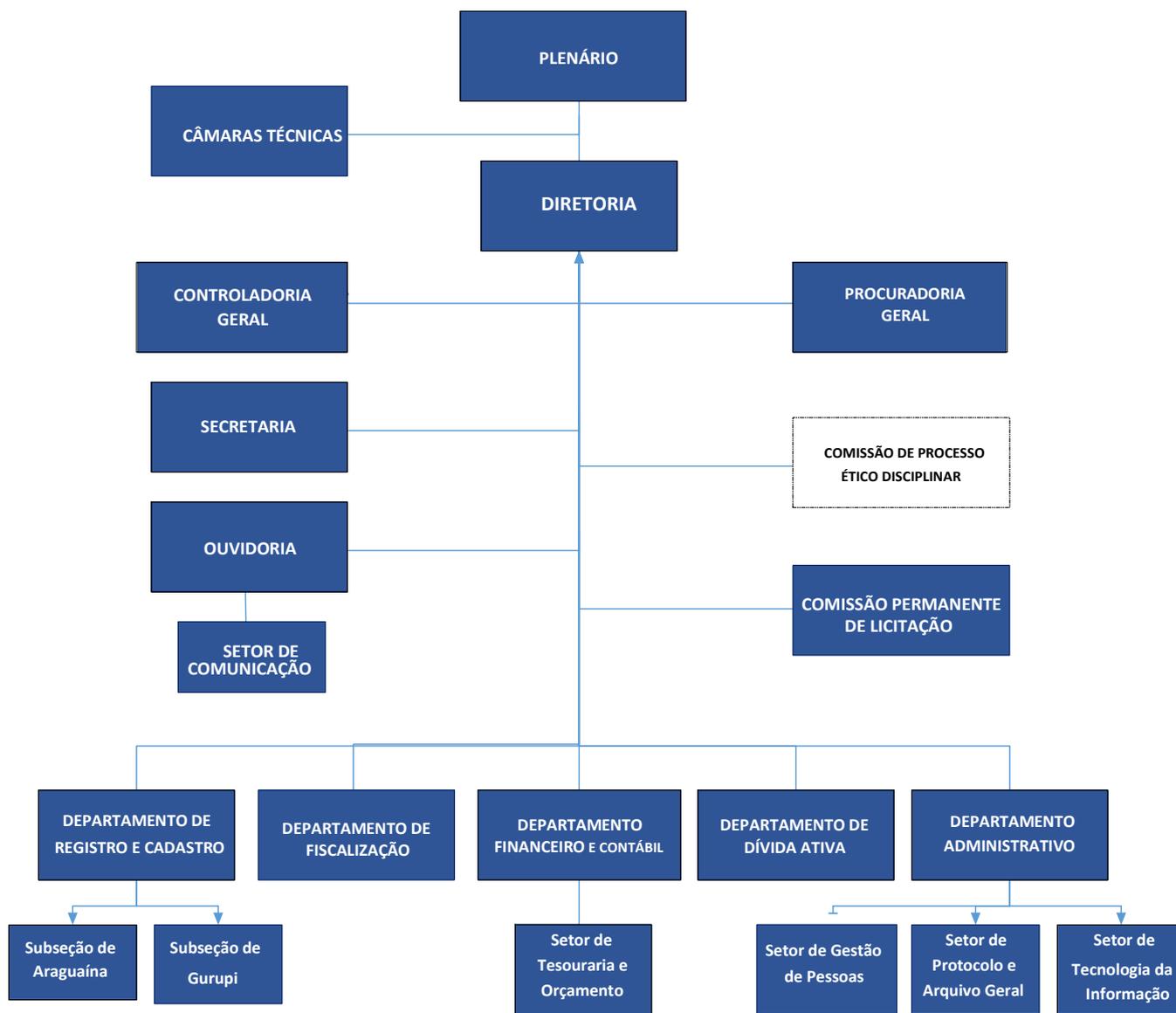
Atuamos por meio da fiscalização do exercício das profissões na área de enfermagem, no âmbito do Estado do Tocantins, abrangendo as titulações profissionais de nível superior e médio.

Nossas competências legais e institucionais estão definidas na Lei nº 5.905, de 1973, e em nosso Regimento Interno. Tal competência é delegada pela União, conforme estabelece o artigo 21, XXIV, da Constituição Federal. Por oportuno, é importante lembrar que a regulamentação de uma profissão objetiva a defesa dos interesses de toda a sociedade.

A defesa da sociedade é conquistada quando, por meios legítimos, se impede a atuação de pessoa não habilitada no exercício de profissões, prevenindo que a conduta de tal profissional cause dano material, físico, moral ou ético aos cidadãos que se utiliza dos serviços na área da saúde. Tendo em vista a responsabilidade dos Conselhos Profissionais na supervisão da atividade profissional, na observância de seus princípios éticos, técnicos e políticos da profissão, bem como questões relacionadas à valorização dos profissionais, atendendo as diretrizes e normativas do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.

Apresentamos a seguir os principais dados que identifica nosso Conselho, nossa missão, visão e estrutura organizacional.

# ORGANOGRAMA - 2018



## AMBIENTE EXTERNO

É sabido que a recuperação econômica do Brasil em 2018 se desenvolveu de forma lenta, o que acabou afetando de forma significativa o aumento do desemprego em diversas profissões.

Para o profissional de Enfermagem a atuação desses se encontra em expansão. A categoria tem avançado de modo diversificado, ampliando assim suas áreas de atuação, sendo elas: Assistência Direta ao Paciente; Gestão Docência/Pesquisa; Enfermagem do Trabalho; Auditoria em Enfermagem; Enfermagem Estética e Empreendedorismo.

A Resolução Cofen 568/2018 na qual regulamenta o funcionamento dos consultórios

Clinicas de Enfermagem, aumenta as possibilidades de atuação autônoma desse profissional em âmbito individual, coletivo e domiciliar.

Todo esse cenário traz um avanço considerável na formação de enfermeiros, possibilitando a estes profissionais o alcance em títulos de mestres e doutores, tendo a enfermagem participação nos programas de pesquisa e extensão vinculadas as universidades.

As perspectivas para o mercado de trabalho são de profissionais cada vez mais capacitados, tecnologia ascendente no campo de atuação do profissional de enfermagem trazendo benefícios para a sociedade





O Regional desenvolveu no ano de 2018 atividades voltadas para sociedade na criação de grupos de trabalho, dentre eles, Grupo de Trabalho Saúde Mental, que durante o exercício, realizou atividades voltadas à sociedade.

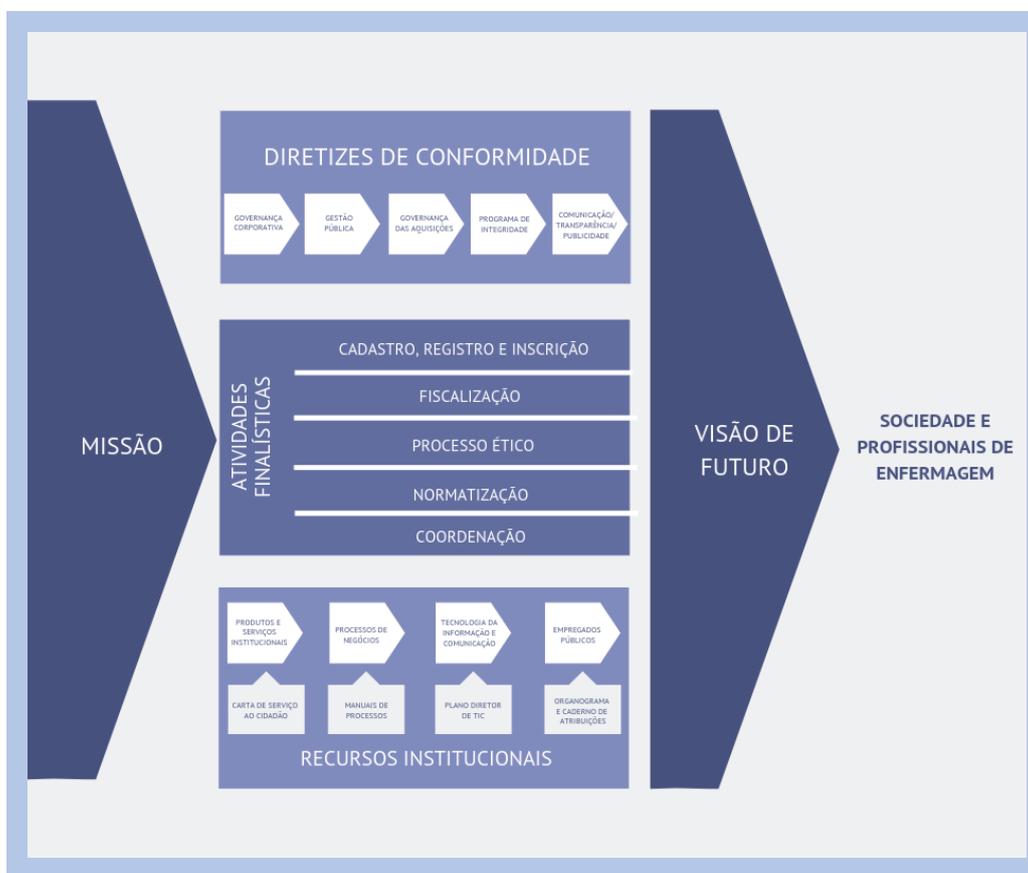


No ano de 2018, o COREN-TO em parceria com a ABEN – Associação Brasileira de Enfermagem Nacional do Tocantins realizaram o I Fórum de Integração – Suicídio: Conhecer para prevenir, e finalizando com uma blitz educativa para prevenção do suicídio, obtendo o apoio do SENAC.



# MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócio é o sistema de transformação por meio das atividades finalísticas no âmbito da Enfermagem, a fim de cumprir a nossa MISSÃO e os objetivos estratégicos de forma ética e com qualidade na assistência, valorizando o compromisso com o usuário e a sociedade. Tendo como VISÃO ser uma organização profissional, estratégica e de referência para o desenvolvimento no âmbito da profissão e de políticas de saúde por meio do apoio técnico, científico e de gestão na área de Enfermagem, sempre cumprindo com os VALORES da economicidade, efetividade, eficácia, eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
E GOVERNANÇA**

**CAPÍTULO**

**2**



## CAPÍTULO 2

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Temos com principal objetivo atuar de forma eficiente na fiscalização e no aperfeiçoamento do exercício e das atividades profissionais que envolvem a categoria de enfermagem. Questões como planejamento, estratégia, transparência e controle social são aspectos fundamentais onde este Conselho se encontra em fase de estruturação desses elementos para garantir a sociedade os melhores resultados. Em 2017 foi aprovado o nosso Plano Estratégico para o triênio 2017-2019, tendo como pilar o aprendizado e crescimento, processos internos, Administração Pública, Relações Institucionais, Enfermagem/Sociedade e questão orçamentária.

O PPA do Coren foi aprovado por meio de deliberação do Plenário, e composto na forma de Programas Temáticos e Objetivos Estratégicos, os quais são constituídos por Iniciativas Estratégicas. As Iniciativas Estratégicas, por sua vez, dão origem aos Planos de Ação que serão detalhados na forma de Projetos. Para avaliar o quanto se avançou na concretização dos Objetivos Estratégicos o Cofen orientou o Regional se utilizar da Metodologia do Balanced Scorecard (BSC).

Cada Objetivo Estratégico possui um Plano de Ação, o qual se evolui para elaboração de Projeto e, quando necessário para elaboração de Termo de Referência para contratação ou aquisições de bens. Os Objetivos Estratégicos (OE) (Estratégicos da Gestão 2017-2019) foram listados a seguir com o enquadramento nas perspectivas na Metodologia do BSC.

**Perspectiva:** *Aprendizado e Crescimento*



OE1. Promover o desenvolvimento de competências dos trabalhadores do Conselho Regional.

OE2. Promover e participar de estudos, campanhas, eventos técnico-científicos e culturais para aperfeiçoamento e desenvolvimento dos profissionais de enfermagem.

OE3. Contribuir com a qualidade da formação em Enfermagem.

**Perspectiva:** *Processos Internos*

OE4. Manter o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.

OE5. Fiscalizar o exercício profissional de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.

OE6. Manter a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.

OE7. Aprimorar a comunicação institucional.

OE8. Ter um ambiente de trabalho integrado, que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.

**Perspectiva:** *Administração Pública*

OE9. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública e às instruções e provimentos do Conselho Federal.

**Perspectiva:** *Relações Institucionais*

OE10. Ampliar a representatividade da Enfermagem nos fóruns sociais relativos à saúde e educação e relacionados à Enfermagem.

OE11. Ampliar as relações institucionais de cooperação.

OE12. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.



OE13. Conceder honorarias para homenagear os profissionais da enfermagem que destacaram ou contribuíram de forma significativa para o reconhecimento, o crescimento e a melhoria da enfermagem.

OE14. Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde.

**Perspectiva:** *Enfermagem/Sociedade*

OE15. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem e dos que a exerçam.

OE16. Deliberar, fiscalizar e disciplinar a conduta ética dos profissionais de enfermagem, aplicando as penalidades cabíveis aos infratores do código de ética e dos atos normativos expedidos pelo Conselho Federal e/ou Conselho Regional.

OE17. Disciplinar e fiscalizar as atividades dos profissionais de enfermagem, utilizando a lei do exercício profissional, do Código de Ética e das normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática dos profissionais de enfermagem.

OE18. Defender os interesses coletivos dos profissionais de enfermagem, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem e de saúde.

**Perspectiva:** *Orçamentária*

OE19. Ter excelência e transparência na aplicação dos recursos necessários para a execução dos serviços prestados pelo Conselho Regional.

OE20. Promover as medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.



**TABELA 01 – ACOMPANHAMENTO DO BSC DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL**

BSC	INICIATIVAS NÃO INICIADAS	INICIATIVAS INICIADAS	INICIATIVAS FINALIZADAS	INICIATIVAS CANCELADAS	QTDE
DESCRIÇÃO					
Aprendizado e Crescimento	3	6	10	1	20
Processos Internos	26	32	25	7	90
Administração Pública	0	1	2	0	3
Relações Institucionais	4	6	1	1	12
Enfermagem/Sociedade	5	11	5	2	23
Orçamentária	3	14	5	7	29
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>70</b>	<b>48</b>	<b>18</b>	<b>177</b>

Fonte: Controladoria/Coren TO

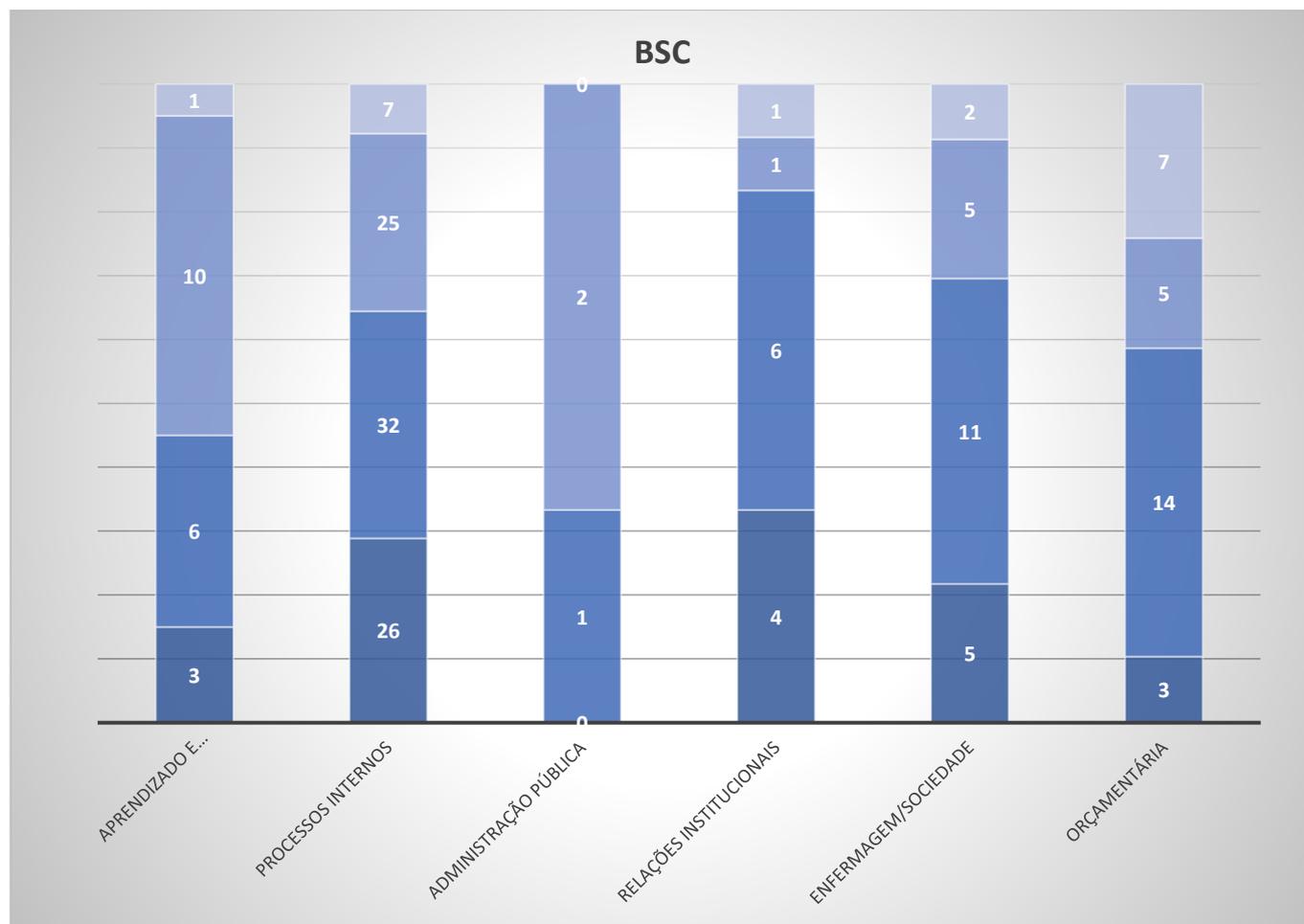




Gráfico 1 - Andamento do BSC do Planejamento Estratégico Institucional em 2018.  
 Fonte: Controladoria Coren 2018

O PEI avançou 77% no ano de 2018, conforme observado no gráfico 2.



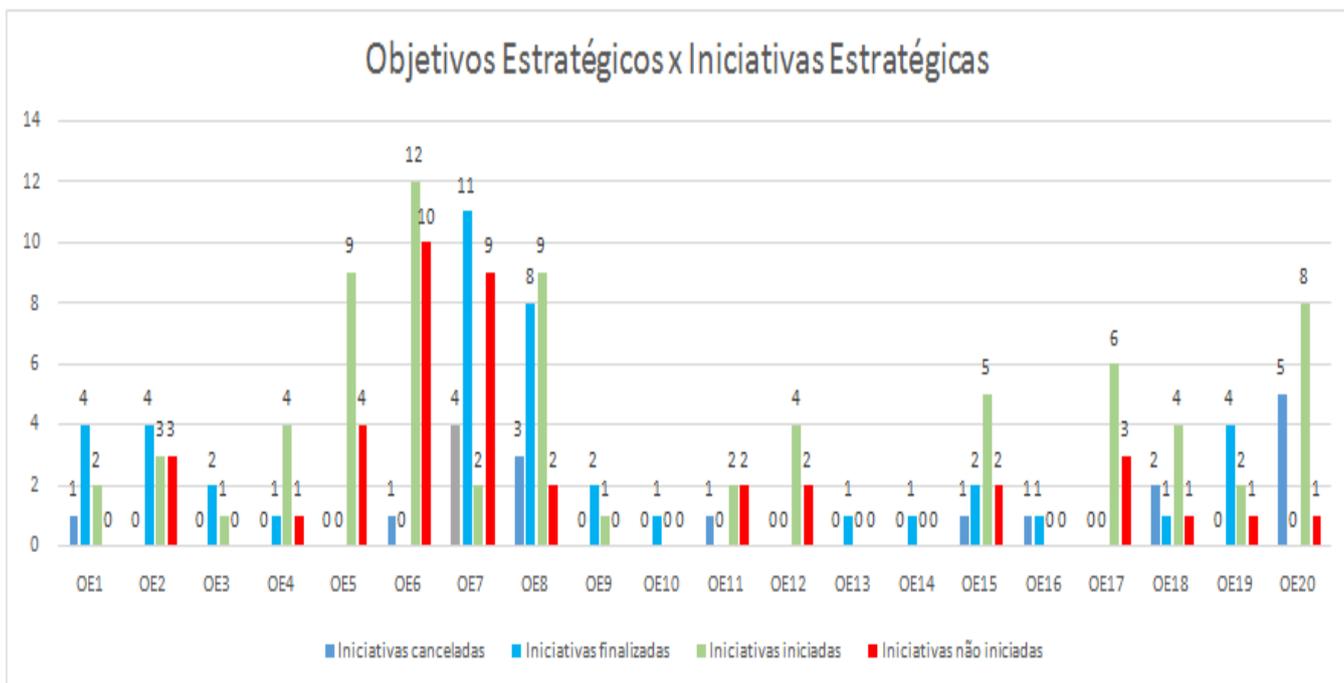
Gráfico 2- Andamento do Planejamento Estratégico em 2018

A tabela 2 e o gráfico 3 apresentam a quantidade de iniciativas por Objetivo Estratégico

Descrição	Objetivo Estratégico																				Total
	Aprendizado e Crescimento			Processos Internos					Administração Pública		Relações Institucionais				Enfermagem/Sociedade				Orçamentár		
	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OE10	OE11	OE12	OE13	OE14	OE15	OE16	OE17	OE18	OE19	OE20	
Iniciativas não iniciadas	0	0	0	0	4	10	9	2	0	0	2	2	0	0	2	0	3	1	1	1	41
Iniciativas iniciadas	2	3	1	4	9	12	2	9	1	0	2	4	0	0	5	0	6	4	2	8	74
Iniciativas finalizadas	4	4	2	1	0	0	11	8	2	1	0	0	1	1	2	1	0	1	4	0	43
Iniciativas canceladas	1	0	0	0	0	1	4	3	0	0	1	0	0	0	1	1	0	2	0	5	19
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>177</b>
<b>Total BSC</b>	<b>17</b>			<b>89</b>					<b>3</b>	<b>14</b>				<b>29</b>				<b>21</b>			

classificadas por status.

Fonte: Controladoria / Coren TO



**TABELA 2 - TOTAL DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO EM 2018**

**GRÁFICO 3 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SEGUNDO O STATUS DAS SUAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS EM 2018.**

Fonte: Controladoria/Coren TO.



## DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Governança corporativa é exercida pelo Plenário e Diretoria, observando as disposições do Regimento Interno aprovado pelo Cofen através da Decisão Cofen 105/2015.

De acordo com os conceitos de instâncias internas de governança e de instâncias internas de apoio à governança apresentado no Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades de Administração Pública, apresentamos as referidas instâncias no âmbito do COREN TO.

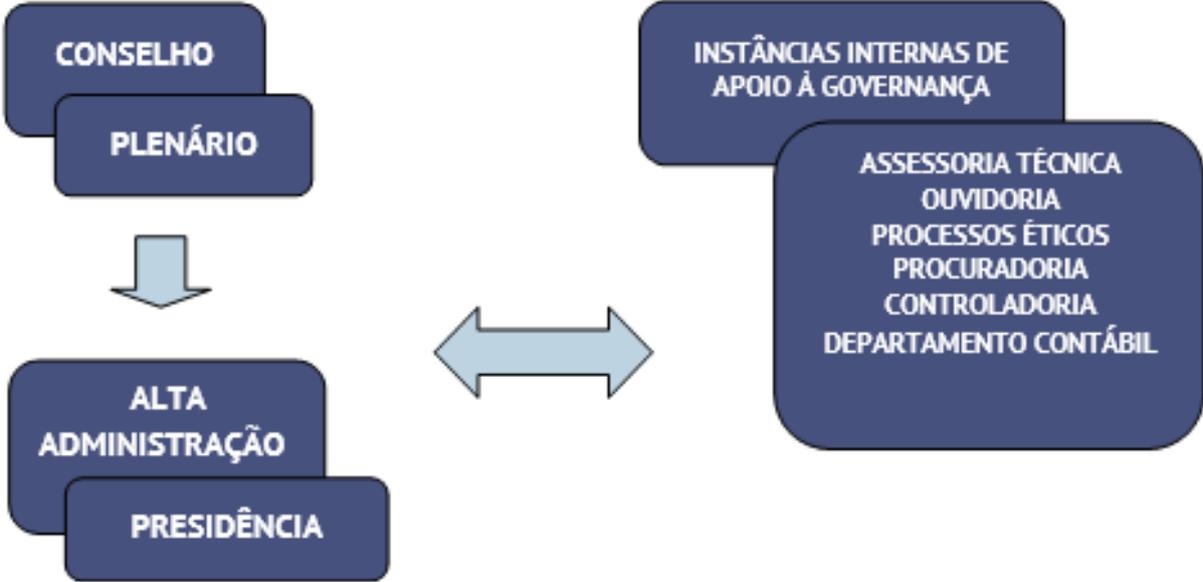
- As instâncias internas de governança têm como função precípua definir, avaliar a estratégias e políticas formuladas para funcionamento da Autarquia, bem como em atendimento ao interesse público. São, também responsáveis pelo monitoramento e a conformidade legal, devendo agir nos casos em que forem detectados possíveis desvios.
- As instancias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre as partes interessadas internas e externas à administração.

O nosso Plenário é composto por oito conselheiros, sendo quatro enfermeiros que compõe o quadro I e quatro técnicos em enfermagem que compõe o quadro II, onde cinco destes são titulares e três suplentes.

As atribuições da Plenária e Diretoria estão listadas no Regimento Interno. As áreas de Assessoria Técnica, Ouvidoria, Processos Éticos, Procuradoria, Controladoria, Departamento Contábil são unidades básicas, vinculadas à Presidência, com a finalidade de exercer as funções de apoio estratégico, técnico e administrativo necessárias para o funcionamento do COREN TO.



## INSTÂNCIA INTERNA DE GOVERNANÇA DO COREN – TO



## FOTOS DA PLENÁRIA



**DRA. ANA PAULA DELFINO  
DE ALMEIDA CECCO**  
Presidente



**DRA. SAMYRA MARIA  
ALVES DE ARAÚJO**  
1ª Secretária



**DRA. JOICY PRINCEZA DE  
PORTUGAL**  
Tesoureira



**DRA. JADER MACHADO  
FARIAS**  
Conselheiro Efetivo



**DRA. IVONE BORGES  
DA SILVA**  
Conselheira Efetiva



**DRA. SAMARA CARDOSO  
CAVALCANTE**  
Conselheira Suplente



**DRA. CLÉZIA CURCINO  
DE ANDRADE**  
Conselheira Suplente



**DRA. ROSIRENE RIBEIRO  
FERNANDES**  
Conselheira Suplente

# PLANILHA DAS ÁREAS DE SUBUNIDADES

## INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

NOME DOS RESPONSÁVEIS	CARGO	COMPETENCIAS	ATOS DE NOMEAÇÃO, DESIGNAÇÃO OU EXONERAÇÃO
KAROLLINE MACEDO AGUIAR	SECRETÁRIA GERAL DA PRESIDÊNCIA ASSESSORIA TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA	ASSESSORAR O PLENÁRIO E DIRETORIA NO DESEMPENHO DAS SUAS FUNÇÕES	NOMEAÇÃO - PORTARIA N° 053/2017 NOMEAÇÃO - PORTARIA N° 163/2018
BARBARA MONIQUE BEZERRA TEXEIRA	PROCURADORA GERAL	REPRESENTAR O COREN-TO NA ESFERA JUDICIAL; PRESTAR ASSESSORAMENTO JURÍDICO À DIRETORIA, PLENÁRIA E DIVERSAS ÁREAS DA INSTITUIÇÃO	NOMEAÇÃO - PORTARIA N° 122/2017
NELIAN AMÉRICO NUNES	CHEFE DE DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA	REALIZAR ATIVIDADES DE COBRANÇA E NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA, INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E EXECUÇÃO FISCAL DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS VIA JUDICIAL.	NOMEAÇÃO - PORTARIA N° 149/2015.
MAGDALENA AKEMI CARNEIRO	COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO	PLANEJAR E EXECUTAR AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAIS EM CONJUNTO COM A EQUIPE DE ENFERMEIROS FISCAIS	NOMEAÇÃO - PORTARIA N° 150/2017
WELLINGTON NOBERTO PIRES	CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E GESTÃO DE PESSOAS	PLANEJAR, ORGANIZAR ATIVIDADES PERTINENTES AOS CONTROLES FINANCEIROS DO CONSELHO REGIONAL; GERENCIAR OS PROCESSOS ECONÔMICO-FINANCEIROS ACOMPANHANDO O EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS DAS DESPESAS;	PORTARIA N° 160/2017
JOSÉ EMERSON APARECIDO DA SILVA	CHEFE DA DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO	PLANEJAR, ORGANIZAR, SUPERVISIONAR E AVALIAR AS ATIVIDADES PERTINENTES AO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E CADASTRO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.	DESDE 15/10/2017 QUANDO APROVADO O ORGANOGRAMA POR MEIO DE DECISÃO COREN TO N°49/2015 E DECISÃO COFEN N°278/2015
RODRIGO BARBOSA RODRIGUES	CHEFE DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PLANEJAR, ORGANIZAR, SUPERVISIONAR E AVALIAR AS ATIVIDADES PERTINENTES AO PROCESSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VISANDO SEU APERFEIÇOAMENTO	DESDE 15/10/2017 QUANDO APROVADO O ORGANOGRAMA POR MEIO DE DECISÃO COREN TO N°49/2015 E DECISÃO COFEN N°278/2015
DANIEL SILVA DE OLIVEIRA CARVALHO	PRESIDENTE DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO	GERENCIAR, COORDENAR, ANALISAR OS PROJETOS BÁSICOS DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS. PESQUISAR ATAS DE REGISTRO DE PREÇO. CONFECCIONAR EDITAIS E MINUTAS DE CONTRATOS E CONDUZIR AS SESSÕES DE LICITAÇÃO	NOMEAÇÃO - PORTARIA N° 128/2015.



GARDÊNIA SANTOS MOREIRA DE CARVALHO GEYSIANE CHAGAS DOS SANTOS	CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (EM SUBSTITUIÇÃO)	PLANEJAR, ORGANIZAR, SUPERVISIONAR E AVALIAR AS ATIVIDADES PERTINENTES À ADMINISTRAÇÃO DA AUTARQUIA. GERENCIAR AS EQUIPES LIGADAS AO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, BEM COMO ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E TRANSPORTE.	NOMEAÇÃO -PORTARIA Nº052/2017 NOMEAÇÃO -PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO Nº 316/2018
RAIMUNDO MENDES DE OLIVEIRA	CHEFE DO SETOR DE TESOUREARIA E ORÇAMENTO	MANTER A DIRETORIA INFORMADA QUANTO ÀS AÇÕES MENSIS REALIZADAS NO SETOR; APRESENTAR A DIRETORIA RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES REALIZADAS NO SETOR	NOMEAÇÃO -PORTARIA Nº 007/2015
POLLIANNA BARROS MARQUES GARDENIA SANTOS MOREIRA DE CARVALHO	CONTROLADORA GERAL (LICENÇAMATERNIDADE) CONTROLADORA GERAL (EM SUBSTITUIÇÃO)	EXERCER, JUNTAMENTE COM O COMITÊ DE CONTROLE INTERNO, O CONTROLE INTERNO DA LEGALIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO	NOMEAÇÃO - PORTARIA Nº 160/2017 PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO Nº 162/2018
KAROLLINE MACEDO AGUIAR	SECRETÁRIA GERAL DA PRESIDÊNCIA ASSESSORIA TÉCNICA DA PRESIDÊNCIA	ASSESSORAR O PLENÁRIO E DIRETORIA NO DESEMPENHO DAS SUAS FUNÇÕES	NOMEAÇÃO - PORTARIA Nº 053/2017 NOMEAÇÃO - PORTARIA Nº 163/2018
BARBARA MONIQUE BEZERRA TEXEIRA	PROCURADORA GERAL	REPRESENTAR O COREN-TO NA ESFERA JUDICIAL; PRESTAR ASSESSORAMENTO JURÍDICO À DIRETORIA, PLENÁRIA E DIVERSAS ÁREAS DA INSTITUIÇÃO	NOMEAÇÃO -PORTARIA Nº 122/2017
NELIAN AMÉRICO NUNES	CHEFE DE DIVISÃO DA DÍVIDA ATIVA	REALIZAR ATIVIDADES DE COBRANÇA E NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA, INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E EXECUÇÃO FISCAL DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS VIA JUDICIAL.	NOMEAÇÃO - PORTARIA Nº 149/2015.
MAGDALENA AKEMI CARNEIRO	COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO	PLANEJAR E EXECUTAR AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAIS EM CONJUNTO COM A EQUIPE DE ENFERMEIROS FISCAIS	NOMEAÇÃO - PORTARIA Nº 150/2017
WELLINGTON NOBERTO PIRES	CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E GESTÃO DE PESSOAS	PLANEJAR, ORGANIZAR ATIVIDADES PERTINENTES AOS CONTROLES FINANCEIROS DO CONSELHO REGIONAL; GERENCIAR OS PROCESSOS ECONÔMICO-FINANCEIROS ACOMPANHANDO O EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS DAS DESPESAS;	PORTARIA Nº 160/2017
JOSÉ EMERSON APARECIDO DA SILVA	CHEFE DA DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO	PLANEJAR, ORGANIZAR, SUPERVISIONAR E AVALIAR AS ATIVIDADES PERTINENTES AO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E CADASTRO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.	DESDE 15/10/2017 QUANDO APROVADO O ORGANOGAMA POR MEIO DE DECISÃO COREN TO Nº49/2015 E DECISÃO COFEN Nº278/2015

RODRIGO BARBOSA RODRIGUES	CHEFE DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PLANEJAR, ORGANIZAR, SUPERVISIONAR E AVALIAR AS ATIVIDADES PERTINENTES AO PROCESSO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VISANDO SEU APERFEIÇOAMENTO	DESDE 15/10/2017 QUANDO APROVADO O ORGANOGRAMA POR MEIO DE DECISÃO COREN TO N°49/2015 E DECISÃO COFEN N°278/2015
DANIEL SILVA DE OLIVEIRA CARVALHO	PRESIDENTE DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO	GERENCIAR, COORDENAR, ANALISAR OS PROJETOS BÁSICOS DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS. PESQUISAR ATAS DE REGISTRO DE PREÇO. CONFECCIONAR EDITAIS E MINUTAS DE CONTRATOS E CONDUZIR AS SESSÕES DE LICITAÇÃO	NOMEAÇÃO - PORTARIA N° 128/2015.
GARDÊNIA SANTOS MOREIRA DE CARVALHO GEYSIANE CHAGAS DOS SANTOS	CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (EM SUBSTITUIÇÃO)	PLANEJAR, ORGANIZAR, SUPERVISIONAR E AVALIAR AS ATIVIDADES PERTINENTES À ADMINISTRAÇÃO DA AUTARQUIA. GERENCIAR AS EQUIPES LIGADAS AO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, BEM COMO ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E TRANSPORTE.	NOMEAÇÃO -PORTARIA N°052/2017 NOMEAÇÃO -PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO N° 316/2018
RAIMUNDO MENDES DE OLIVEIRA	CHEFE DO SETOR DE TESOUREARIA E ORÇAMENTO	MANTER A DIRETORIA INFORMADA QUANTO ÀS AÇÕES MENSAS REALIZADAS NO SETOR; APRESENTAR A DIRETORIA RELATÓRIO ANUAL DAS AÇÕES REALIZADAS NO SETOR	NOMEAÇÃO -PORTARIA N° 007/2015
POLLIANNA BARROS MARQUES GARDENIA SANTOS MOREIRA DE CARVALHO	CONTROLADORA GERAL (LICENÇAMATERNIDADE) CONTROLADORA GERAL (EM SUBSTITUIÇÃO)	EXERCER, JUNTAMENTE COM O COMITÊ DE CONTROLE INTERNO, O CONTROLE INTERNO DA LEGALIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO	NOMEAÇÃO - PORTARIA N° 160/2017 PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO N° 162/2018

# PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

Criamos o perfil do Instagram em 19 de junho de 2017 e em 2018 utilizamos com mais frequência para dar mais visibilidade as ações do Regional. Até o momento temos 1290 seguidores, ou seja, profissionais acompanhando as postagens do Regional. No Perfil do Facebook, até o momento temos 1.995 seguidores.

A participação no III Seminário de Alinhamento Estratégico em Comunicação, realizado pelo Cofen, que ocorreu em São Paulo, expandiu ainda mais o leque para aperfeiçoamento das mídias sociais.

Nosso Portal conta com uma série de recursos para atendimento à Sociedade, como por exemplo: Impressão de boleto, pré-inscrição, alteração de endereço, emissão de certidão de nada consta, denúncias online, perguntas frequentes entre outros.

Em 2018 nos empenhamos em adquirir seguidores e aumentar a divulgação das ações do Coren TO, por meio das redes sociais.

As ações do setor de comunicação dadas continuidade no exercício de 2018, podemos destacar:

- Atualização no site, com publicação das ações do Regional;
- Administração das mídias sociais (Página do Facebook e perfil do Instagram);
- Registro fotográfico de eventos e atividades do Conselho;
- Elaboração de notas públicas, de repúdio e de apoio.

Destaca-se também a área de Notícias, em que é dada publicidade as ações Institucionais do Conselho, com divulgação de deliberações oriundas do Sistema, convênios firmados entre instituições de ensino, Entidades de Classe e outros órgãos.

## PRIORIDADES E METAS

A prioridade do Setor de Comunicação é alcançar o maior número de profissionais possível em termos de redes sociais para assim ter mais visibilidade das ações desenvolvidas pelo Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Pode-se destacar como principal desafio para 2019, captar número maior de seguidores, bem como realizar diariamente as divulgações de ações referentes a novas legislações, eventos de âmbito estadual e nacional, da classe de profissionais de enfermagem. Incluir divulgação das atividades via WhatsApp, visto que este meio é muito utilizado, criando grupos de profissionais para que assim, possamos dar maior visibilidade as ações do Regional.

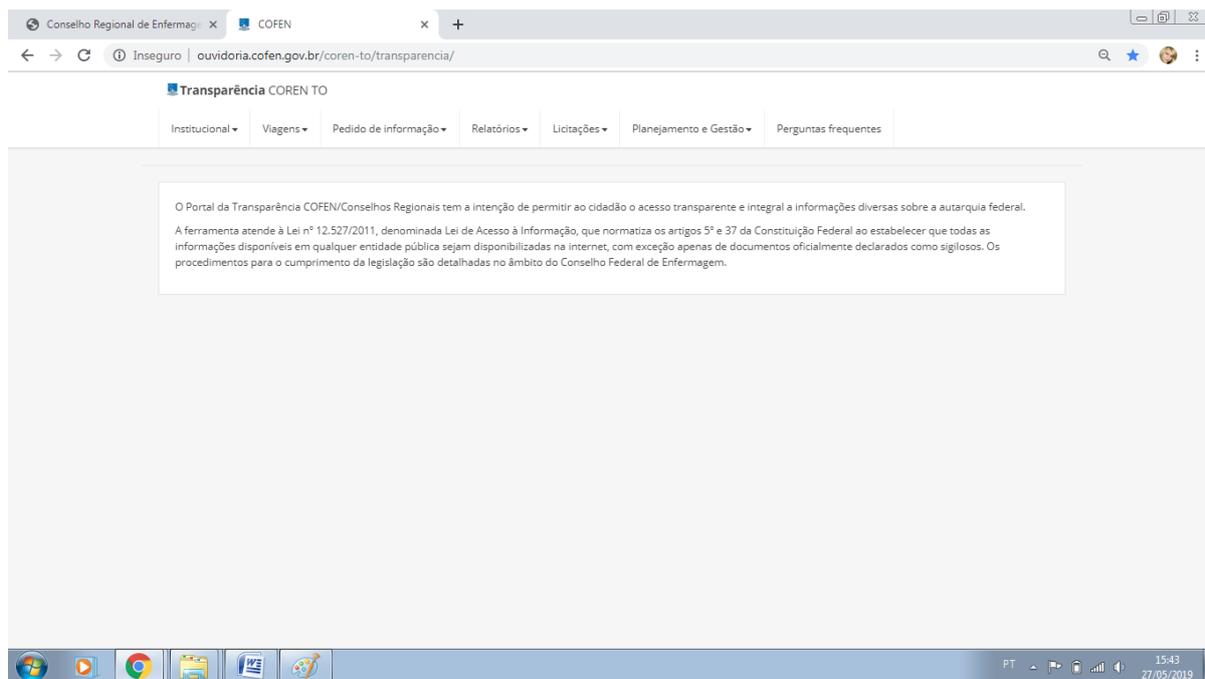
Lançar o aplicativo do Coren TO, que está em desenvolvimento.

## IMAGENS ATUAIS DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO COREN TO

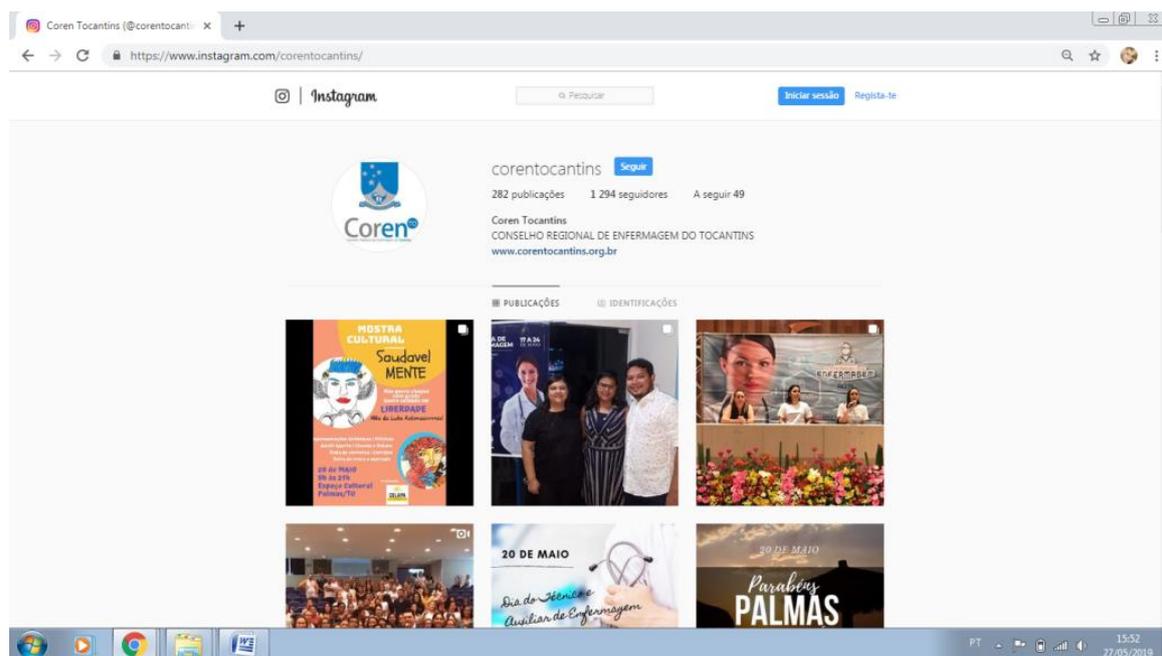
Site:



## Site/Transparência:

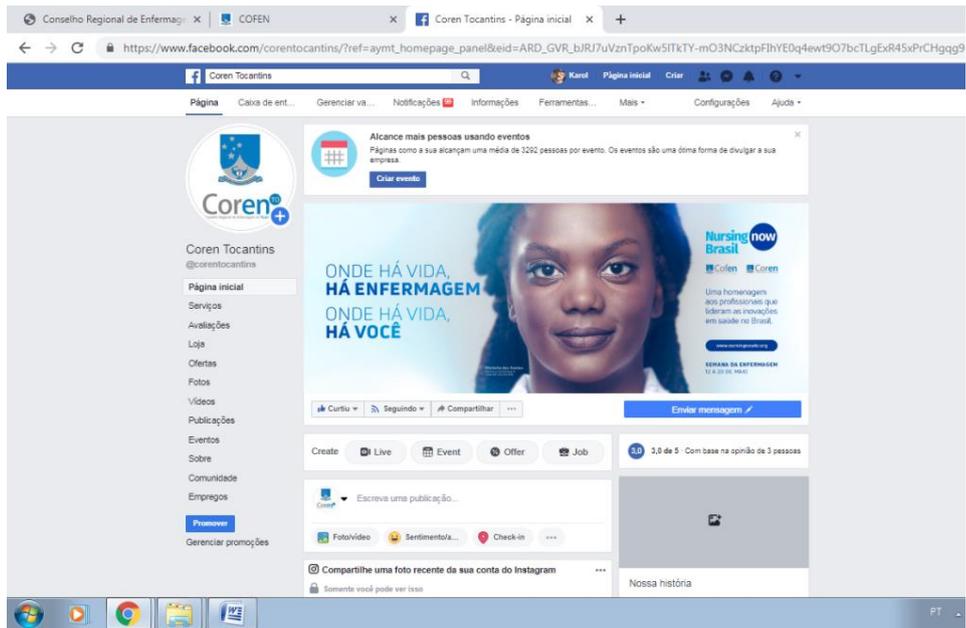


## Instagram:

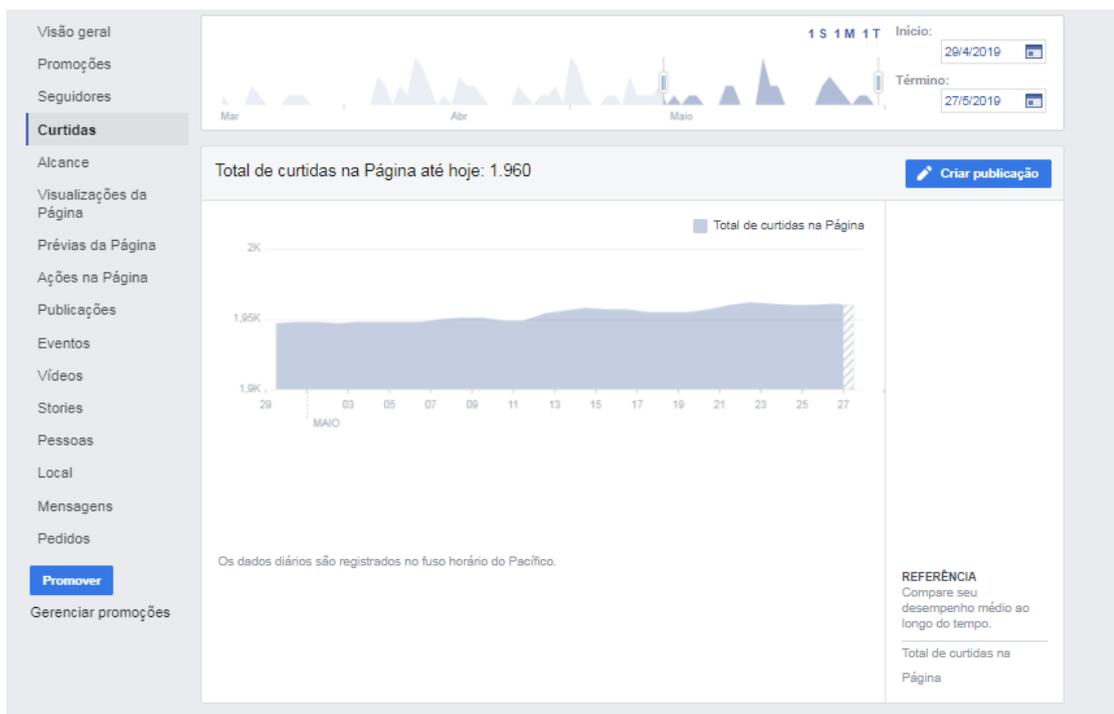




## Facebook:



## Curtidas:



## Alcances:



**GESTÃO DE RISCO E  
CONTROLES INTERNOS**

**CAPÍTULO**

**3**

## CAPÍTULO 3

# GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

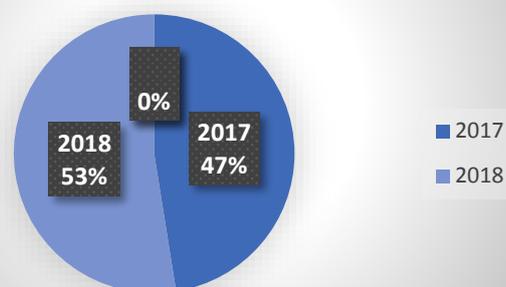
Para formalizar a Gestão de Risco, a Autarquia desenvolveu as atribuições das unidades funcionais do Conselho, seguindo orientações da Assessoria de Planejamento e Gestão do Cofen, se estabeleceu atualização do caderno de atribuições de acordo com a área de atuação dos empregados públicos.

### REMUNERAÇÃO PAGA A MEMBROS DA PLENÁRIA E COLABORADORES DOS CONSELHOS

No que concerne a remuneração paga aos membros da plenária e diretoria, bem como colaboradores não se aplica à natureza jurídica dos Conselhos, conforme Art 8º do Regimento Interno do COREN TO. O mandato dos membros do Conselho Regional de Enfermagem é honorífico, tendo a duração de 03 de anos, admitindo-se uma reeleição consecutiva.

**QUADRO, A SEGUIR, RETRATA O COMPARATIVO EM PORCENTAGEM PAGOS A TÍTULO DE AUXILIO REPRESENTAÇÃO E JETONS AOS MEMBROS DA DIRETORIA E DEMAIS CONSELHEIROS E COLABORADORES, DESTE REGIONAL NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.**

### DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE AUXILIO REPRESENTAÇÃO E JETONS



### ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA

O Cofen não realizou auditoria in loco no COREN TO no exercício 2018, mas houve encaminhamento de relatórios referente a prestações de contas anual de 2017, bem como as prestações de contas trimestrais, e as reformulações orçamentárias para homologação.

### APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Os eventuais atos ilícitos administrativos quando cometidos por agentes do conselho são tratados por meio de abertura de sindicâncias que irá apurar os fatos e as eventuais responsabilidades,



sendo após conclusão da Sindicância, se for o caso, aberto processo administrativo.

Para a realização destes procedimentos este Conselho segue, atualmente, o Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais disposto por meio da Resolução N°507/2016.

## ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS

A procuradoria Geral é órgão vinculado diretamente ao Presidente do COREN/TO, que tem por finalidade representar, em caráter exclusivo, o Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, judicial e extrajudicialmente, defender seus direitos e interesses na área judicial e administrativa, as atividades de consultoria e de assessoria. Desde modo podemos citar a conclusão e homologação pelo Cofen do Organograma e do Caderno de Atribuições, ficando assim sanadas as pendências dos processos do Tribunal de Contas da União do Tocantins e arquivados.

## ATIVIDADES DESEMPENHADAS

- Envio ao COFEN e após análise Correções do Projeto Encontro do Conselhos do Norte;
- Envio ao COFEN e após análise do Projeto Encontro Regional dos Enfermeiros Responsáveis Técnicos;
- Envio ao COFEN e após análise do Projeto COREN Itinerante no Tocantins;
- Correção do Projeto “Mais Fiscalização”;
- Realizados atendimentos jurídicos aos profissionais de enfermagem;
- Reunião com os profissionais de enfermagem acerca de orientações afim de garantir o direito as 30h de jornada de trabalho prevista na Lei estadual LEI N° 2.670, de 19 de dezembro de 2012;
- Reunião com os profissionais de enfermagem acerca de orientações a fim de garantir o direito as 30h de jornada de trabalho e SINDICATO;
- Reunião com profissionais do setor de neurologia do Hospital Geral de Palmas visando prestar orientações acerca das escalas, escalas extras e remanejamento;

- Averiguação de denúncia in loco no Hospital Regional de Araguaína acompanhando a Conselheira Joyce Princesa de Portugal;
- Averiguação de denúncia in loco na UPA/Pronto Socorro de Taquaruçu acompanhando a Conselheira Joyce Princesa de Portugal;
- 35 (trinta e cinco) notificações jurídicas em processos de denúncias e fiscalização;
- Reuniões com Ministério Público Estadual acerca das inconformidades apresentadas pelos Hospitais do Estado.
- Análise de todos os processos de ressarcimentos e isenção autuados desde 2017/2018;
- Análise de todos os processos administrativos e licitatórios;
- Normatização para isenção das anuidades prescritas de 2012 e anteriores;

- Normatização para envio dos profissionais inadimplentes para protestos;
- Normatizações internas;
- Reuniões com a Dívida ativa e Informática visando orientar os procedimentos para protestos;
- Sindicância do Processo de ex-empregados;

#### PRIORIDADES E METAS

- Protocolo de no mínimo 30 (trinta) ações civis públicas;
- Abertura de Tomada de contas contra ex-empregados;
- Buscar melhorias para elevar a arrecadação.

#### PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Aceitação do judiciário pelas resoluções do COFEN principalmente no que tange ao dimensionamento.

RESULTADOS DA  
GESTÃO

CAPÍTULO

4

## CAPÍTULO 4

# RESULTADOS DA GESTÃO

### PLENÁRIA

Atualmente a plenária é composta por oito conselheiros, sendo quatro enfermeiros que compõe o quadro I e quatro técnicos em enfermagem que compõe o quadro II, onde cinco destes são titulares e três suplentes. Cada conselheiro tem atribuições que vão além de representar a instituição em atividades da categoria, mas estão voltados também em emitir pareceres em processos éticos para admissibilidade e julgamento, pareceres técnicos com a finalidade de sanar dúvidas acerca do exercício profissional e ainda contribuir com as deliberações necessárias para a gestão da entidade.

### DIRETORIA

A diretoria do COREN-TO é composta por três conselheiros, sendo dois efetivos do quadro I e um efetivo do quadro II. Onde cabe aos membros da diretoria dirigir a instituição segundo os preceitos éticos, legais e administrativos do Conselho Federal de Enfermagem, bem como respeitando dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e razoabilidade. A equipe reunir-se mensalmente para deliberações administrativas e tomadas de decisões a serem propostas para plenário, levando o máximo de informações necessárias para responder os questionamentos dos demais conselheiros.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

### PLENÁRIA



METAS	RESULTADOS
Elaboração e apresentação de pareceres por conselheiro.	Foram emitidos 90 pareceres pelos conselheiros.
Realização de Julgamentos de processos éticos	Foram realizadas 07 sessões de julgamentos.
Implantação de Comissão de Ética de Enfermagem nas instituições que se enquadrem na Resolução COFEN nº 593/2018	Foram implantadas 07 comissões de ética em instituições hospitalares, bem como treinamento das mesmas no ato da posse. Em virtude da alteração da Resolução que normatiza a criação de comissões de ética em instituições de saúde, muitas das comissões atuantes em anos anteriores não se enquadraram no critério para continuidade.
Realizar averiguação, visita e atividades nas instituições de saúde.	Os conselheiros realizaram 47 visitas em unidades para atividades de averiguação e/ou instrução, bem como para capacitação e treinamentos das equipes de enfermagem local.
Realizar 12 reuniões ordinárias de plenária anualmente	Foram realizadas 12 reuniões ordinárias de plenário e 07 reuniões extraordinárias de plenário. As reuniões visam a deliberação de questões administrativas e éticas, no que se referem ao exercício profissional e a gestão do Conselho.

As portarias, pareceres e decisões referentes as metas apresentadas no item 1.1.2 estão disponíveis na página no conselho na aba acesso a informação no link <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-to/transparencia/>.

Vale ressaltar que as metas elencadas acima constam no planejamento estratégico institucional nos objetivo estratégico **OE5** de fiscalizar o exercício profissional de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem, **OE15** em zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem e dos que a exerçam, **OE16** em deliberar, fiscalizar e disciplinar a conduta ética dos profissionais de enfermagem, aplicando as penalidades cabíveis aos infratores do código de ética e dos atos normativos expedidos pelo Conselho Federal e/ou Conselho Regional e **OE17** em disciplinar e fiscalizar as atividades dos profissionais de enfermagem, utilizando a lei do exercício profissional, do Código de Ética e das normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática dos profissionais de enfermagem.

## DIRETORIA

METAS	RESULTADOS
Analisar processos para despachos de deliberação para conselheiros.	Foram realizados 123 despachos em processos éticos para emissão de parecer de conselheiro.



Autuação de processos.	Foram autuados 318 processos, sendo eles éticos, financeiros, licitatórios e administrativos.
Acompanhamento da página da transparência a cada 5º dia útil do mês para verificar o percentual alimentado.	Acompanhamento do portal da transparência e notificação dos setores que apresentaram pendência. Garantindo 100% de cobertura da informação.
Realizar despachos em 100% dos documentos enviados a presidência	Foram realizados 1800 despachos em documentos para encaminhamento de ofícios, memorandos, ordens de pagamento, autorização de viagens e diárias, autorização de compras, solicitação de pareceres jurídicos
Convocar mensalmente 01 Reunião Ordinária de Diretoria ao mês	Foram realizadas 12 reuniões ordinárias de diretoria para deliberação de questões administrativas referentes a gestão institucional.
Participar da elaboração da proposta orçamentária anual e respectivas alterações e submetê-las à aprovação do Conselho Federal.	Acompanhamento da elaboração da peça orçamentária para o exercício de 2019 junto ao departamento financeiro e controladoria.
Participar da elaboração planejamento estratégico institucional.	Acompanhamento da elaboração do planejamento estratégico junto aos departamentos.

Os resultados apresentados encontram-se disponíveis na secretária da presidência, a peça orçamentária e o planejamento estratégico encontram-se disponíveis no portal da transparência na aba Planejamento e Gestão no link <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-to/transparencia/>.

Foram contemplados os seguintes Objetivos estratégicos: OE7 em aprimorar a comunicação institucional; OE8 em oferecer um ambiente de trabalho integrado, que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho; OE9 mantendo o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública e às instruções e provimentos do Conselho Federal e OE19 oferecendo excelência e transparência na aplicação dos recursos necessários para a execução dos serviços prestados pelo Conselho Regional.

## PRIORIDADES E METAS

PRIORIDADES	METAS
Julgamento de processos éticos	Aumento de 30% dos processos julgados em relação ao ano anterior
Emissão de parecer por conselheiro	Aumento de 20% do número de pareceres emitidos pelos conselheiros em relação ao ano anterior.

Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.

Contratar serviço de marketing para apresentar a comunidade em geral as ações realizadas pelo Regional.

As prioridades e metas supracitadas estão contempladas no planejamento estratégico e consta disponível na página no COREN-TO, no endereço eletrônico <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-to/transparencia/planejamento-estrategico/>.

## INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

As melhorias realizadas foram referentes aos fluxos e celeridade dos processos, visto a necessidade de cumprir os prazos constantes na Resolução COFEN nº 370/2010.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

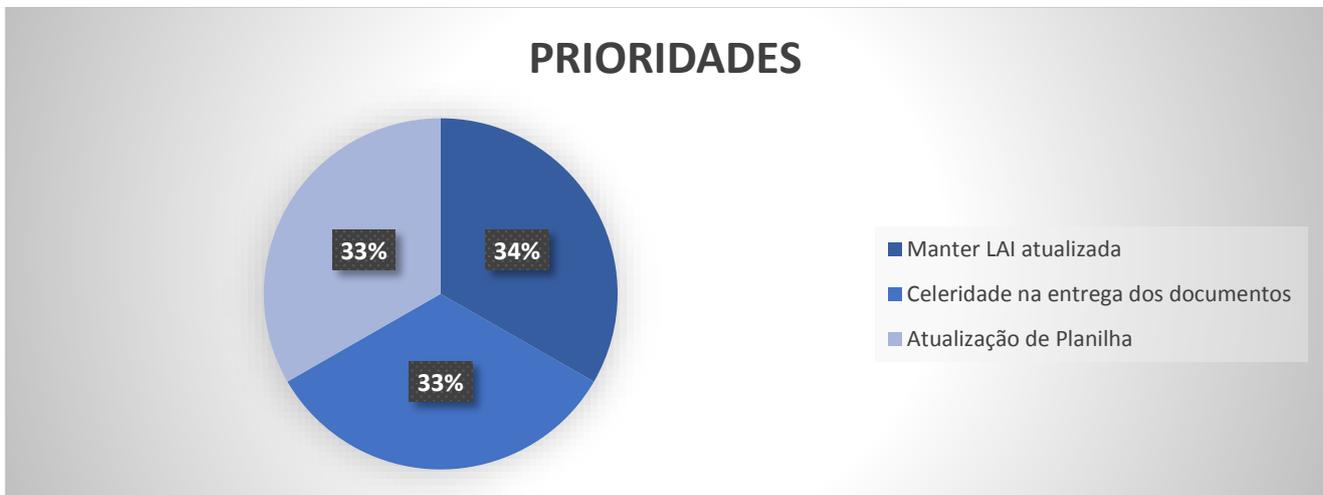
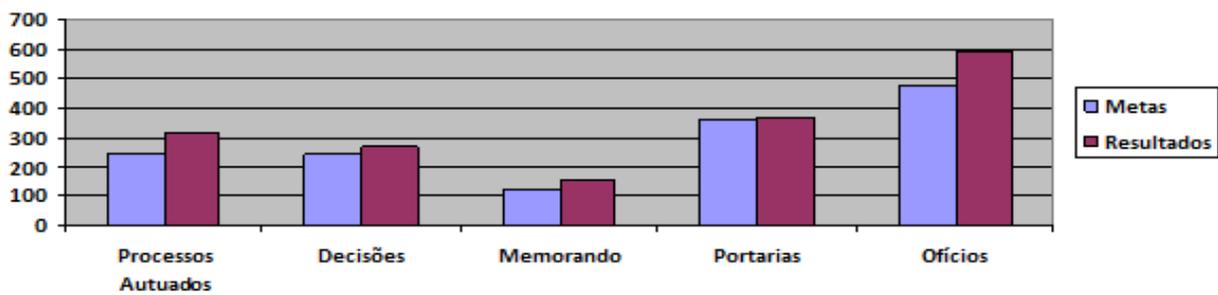
Os principais desafios estão voltados à estruturação do setor de processos éticos, visto a relevância do mesmo ao Regional e por ser umas das principais atividades finalísticas da instituição, onde este está diretamente relacionado à plenária. Atualmente temos 179 processos em andamento e é necessário um melhor acompanhamento dos mesmos para o cumprimento dos prazos e aplicação das sanções.

## ASSESSORIA TÉCNICA

A Assessoria Técnica é composta atualmente por um chefe do departamento e tem como setores interligados a Ouvidoria e o Setor de Comunicação. É de responsabilidade da Assessoria executar as deliberações efetuadas pela Plenária, Diretoria ou Presidência, sendo estes, despachos, elaboração de portarias, decisões, elaborar calendário anual, elaborar e emitir certificados, redigir convocatórias, emitir declarações quando necessário, arquivar os processos encerrados, encaminhar as correspondências e e-mail conforme deliberações e necessidades de continuidade nas atividades prestadas e encaminhar aos departamentos/setores/conselheiros/colaboradores.

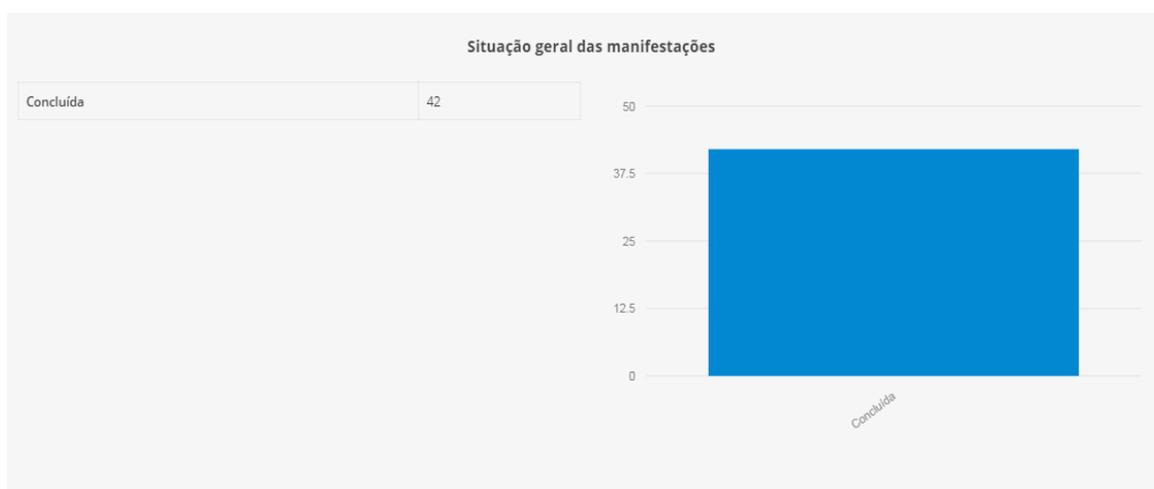


Acompanhar os processos autuados na Assessoria, sendo eles processos administrativos, denúncias éticas, solicitações de parecer técnicos. Acompanhar a plenária para assessorar os Conselheiros. Realizar as publicações na LAI dos documentos elaborados na Assessoria Técnica e acompanhar as publicações dos demais departamentos/setores.

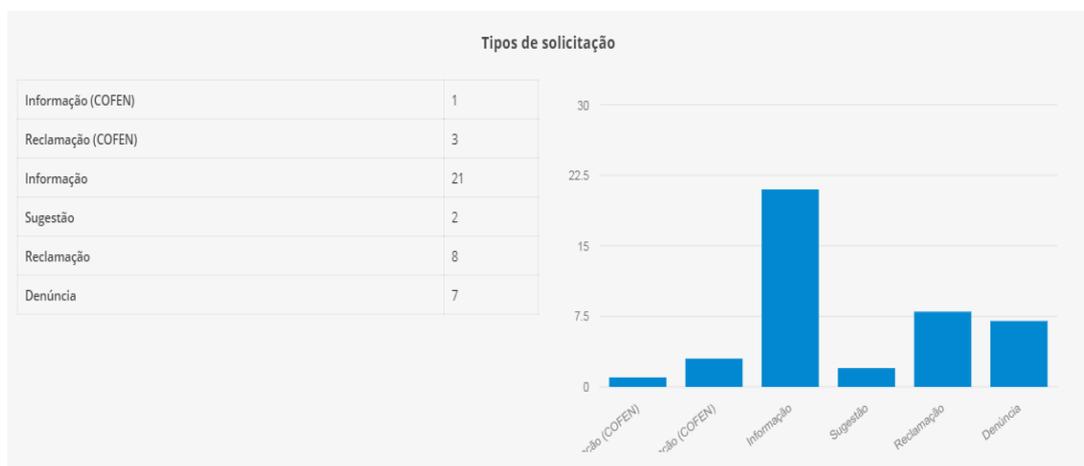


## OUVIDORIA

Em 2018, o sistema da ouvidoria recebeu 42 (quarenta e duas) manifestações, sendo elas 40 (quarenta) de pessoa física e 2 (duas) de Pessoa Jurídica. O total de 42 manifestações foram respondidas, alcançando assim 100% de respostas às manifestações enviadas via ouvidoria, conforme gráfico abaixo:

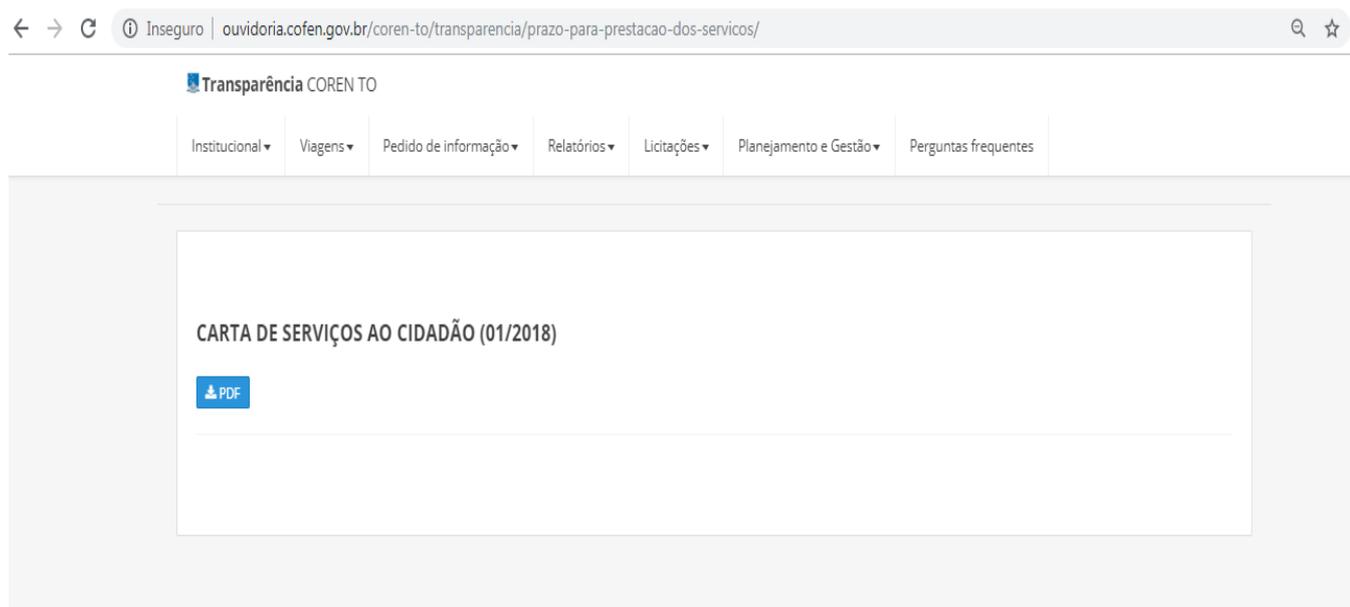


Dentre os tipos de solicitações, 22 (vinte e duas) caracterizam como pedido de informação, 11 (onze) como reclamações, 2 (duas) sugestão e 7 (sete) denúncias.

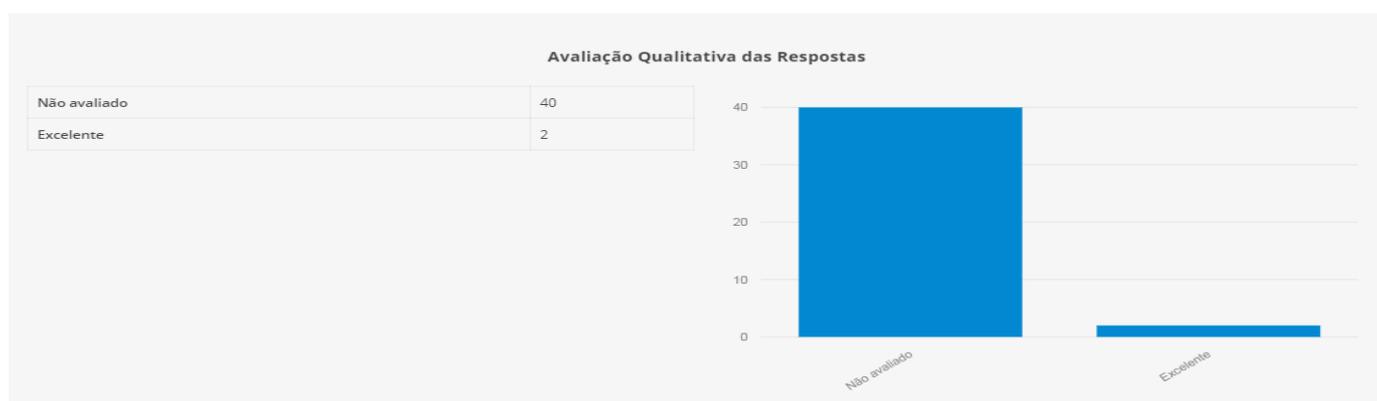




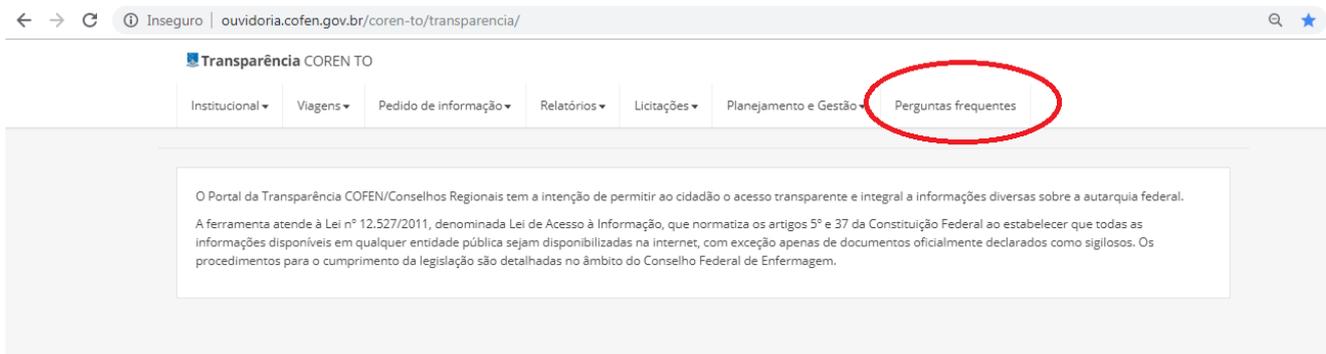
A Carta de Serviço ao Cidadão encontra-se disponível no sítio eletrônico do site do Coren-TO, desde 2018, conforme imagem abaixo:



No ano de 2018 foram realizadas 42 (quarenta e duas) manifestações, no qual o total de 2 (dois) usuários avaliaram atendimento, conforme imagem abaixo:



O mecanismo utilizado, no qual consta as perguntas mais frequentes pelos usuários, está disponível no sítio eletrônico <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-to/transparencia/>



Com finalidade de cumprir a nossa missão e os objetivos estratégicos de forma ética e com qualidade na assistência, valorizando o compromisso com o usuário e a sociedade, a ouvidoria vem sempre cumprindo com os valores da economicidade, efetividade, eficácia, eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.

A Prioridade da ouvidoria é cumprir o prazo estabelecido para resposta das manifestações realizadas via sistema da ouvidoria, respondendo 100% das demandas encaminhadas.

Pode-se abordar como principal desafio e ação futura a inclusão de medidas para garantir a acessibilidade aos produtos e serviços prestados, conforme as recomendações do WCAG, W3C, MAG.

## PROCESSOS ÉTICOS

Cumprir relatar que Setor de Processos Éticos se configura como parte do Conselho Regional de Enfermagem, destinada a tratar sobre a tramitação dos Processos Éticos da categoria, desde a admissibilidade até o julgamento dos mesmos, conforme aduz a Resolução COFEN Nº 370/2010, que expressa o Código de Processos Éticos em Enfermagem.

No que se tange ao ensino das normas do Sistema, este sucede-se durante a formação profissional (faculdade, curso técnico...), e como mecanismo de divulgação têm-se os seminários realizados anualmente, como também o site do Regional e as fiscalizações. Quando se trata sobre a estratégia para prevenir as falhas, o Sistema realiza as fiscalizações nas Unidades Hospitalares,



Unidades Básicas de Saúde ou Centros de Saúde da Comunidade em todo o Estado. Já quando refere à reprensão às falhas identificadas durante o exercício profissional em enfermagem, traça-se como estratégia à instauração de processos éticos disciplinares.

O processo tem como finalidade coibir a prática de condutas antiéticas, ilegais ou decorrentes de inabilitação técnica, garantindo conseqüentemente, a qualidade da assistência de enfermagem e a valorização da categoria, pois profissionais que atentam contrariamente aos princípios éticos e legais podem macular e desvalorizar a imagem de uma profissão.

Deve-se identificar o processo ético-disciplinar como um norteador de ações que culminará no direcionamento de atividades, tratando-se de mais um instrumento para buscar, com ações justas, éticas e legais, o engrandecimento e a valorização da profissão.

Vale ressaltar as principais Resoluções que se apresentam associadas ao exercício profissional em enfermagem, bem como às que subsidiam e influenciam a tramitação das denúncias éticas em enfermagem, sendo elas:

- Resolução Cofen Nº 370/2010 – Código de Processos Éticos em Enfermagem;
- Resolução Cofen Nº 483/2015 – Altera artigo 156 da Resolução Cofen nº 370/10
- Resolução Cofen Nº 311/2007 – Código de Ética em Enfermagem (anterior);
- Resolução Cofen Nº 564/2017 – Código de Ética em Enfermagem (vigente);
- Resolução nº 374/11 – Manual da Fiscalização;
- Resolução nº 518/16 – Altera item XII: Situações previsíveis e condutas a serem adotadas;
- Resolução nº 433/12 – Desagravo Público;
- Resolução nº 554/17 – Comportamento público, especialmente o midiático;
- Resolução nº 560/17 – Manual de procedimentos para registro e inscrição;

- Resolução nº 565/17 – Interdição Ética do Exercício Profissional;
- Resolução nº 572/18 – Normatiza Comissões de Ética em instituições de saúde.

Na relação abaixo é possível identificar a tipificação do teor das denúncias éticas cujo os dados já foram levantados, sendo estas descritas a seguir. Logo, cumpre relatar que em uma única denúncia pode-se trazer diversos teores, e que o procedimento de coleta de informações sobre as denúncias éticas ainda está ocorrendo, haja vistas a criação recente do setor e a aprovação da resolução Cofen nº 598/2018.

TEOR DAS DENUNCIAS	Nº DENUNCIAS
Prescrição medicamentosa irregular	7
Agressão Verbal/Injúria/ Incitação/Difamação	16
Agressão Física	2
Coação/Repressão/Abuso de Poder/Assédio Moral/Perseguição/Intimidação	18
Profissionais de nível médio atuando sem supervisão e Orientação de enfermeiro	2
Inexistência de Certidão de Responsabilidade Técnica, e/ou Inexistência de implementação da SAE, e/ou ausência de instrumentos organizacionais de enfermagem e/ou descumprimento dos prazos estabelecidos pelo Regional	17
Ausência de aposição de carimbo e identificação profissional nos prontuários conforme estabelecido pelas normativas do COFEN	12
Violência obstétrica	2
Profissionais desempenhando funções de outra categoria	6
Exercício profissional de enfermagem sem inscrição no Coren-TO com formação na área	1
Atividades privativas do enfermeiro sendo desempenhada por outros profissionais	1
Exercício profissional estando irregular com o Coren-TO	5
Insubordinação e/ou recusa de remanejamento	17
Irregularidade na confecção da escala de enfermagem ou ausência de escala	3
Injúria Racial	1
Irregularidade na administração medicamentosa	3
Infusão irregular de substancias em pacientes	1
Negligência em atendimento/omissão/ descaso	10
Troca de recém-nascidos/Troca de pulseiras de recém-nascidos	2
Falsificação e/ou fornecimento atestado médico	1



Abandono de plantão/serviço	2
Exposição de imagem e/ou veiculação em mídias sociais sem autorização	3
Denúncia de suposta infração por suspensão dos serviços de instrumentação cirúrgica em virtude de movimento grevista	1
Suposto assédio sexual	1
Furto de insumos hospitalares	1
Equívoco durante transfusão sanguínea	1
Extorsão de bens/Propina	2
Usufruir incorretamente o horário de repouso no plantão	1
Desvio de verbas	1
Atuação como enfermeiro esteta	1
Ausência de registros de enfermagem no prontuário	3

No gráfico disposto abaixo, que versa sobre informações no que tange o recebimento das denúncias já mapeadas até o presente momento.



Gráfico 1 – Número de denúncias recebidas pelo ano da data do fato protocoladas pelo Coren-TO no período de 2010 a 2018. (N=107).\*

\*Dados sujeitos a revisão. Fonte: Coren-TO

ANO-CALENDÁRIO	DENÚNCIA RECEBIDA	RESULTADOS EM DENÚNCIAS ÉTICAS	
		DENÚNCIA NÃO ADMITIDA	DENÚNCIA ADMITIDA
2010	2	0	1
2011	3	0	1
2012	4	0	1



<b>2013</b>	11	0	10
<b>2014</b>	16	0	7
<b>2015</b>	4	2	5
<b>2016</b>	17	5	1
<b>2017</b>	22	9	8
<b>2018</b>	28	9	22
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>25</b>	<b>56</b>

Ao ser analisado o total de denúncias admitidas e não admitidas, em relação as denúncias recebidas, percebe-se uma diferença de 26 processos, que se deve ao fato de os mesmos ainda estarem sob os cuidados do conselheiro relator para emissão de parecer de admissibilidade a ser apreciado em ROP.

<b>QUANTITATIVOS PROCESSUAIS: TRAMITADOS E TRANSITADOS</b>				
<b>ANO DO PROCESSO</b>	<b>EM TRAMITAÇÃO</b>			<b>TRANSITADO EM JULGADO</b>
	<b>ADMISSIBILIDADE</b>	<b>INSTRUÇÃO</b>	<b>JULGAMENTO</b>	
<b>2010</b>	0	0	1	1
<b>2011</b>	0	0	2	1
<b>2012</b>	0	0	2	2
<b>2013</b>	2	5	0	4
<b>2014</b>	5	4	7	0
<b>2015</b>	1	3	0	0
<b>2016</b>	5	3	3	6
<b>2017</b>	8	12	0	2
<b>2018</b>	12	16	0	1
<b>2019</b>	11	4	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>47</b>	<b>15</b>	<b>17</b>



QUANTITATIVO DE PROCESSOS ÉTICOS JULGADOS E TRANSITADOS				
ANO CALENDÁRIO	PROCESSOS ÉTICOS JULGADOS	PROCESSOS ÉTICOS TRANSITADOS EM JULGADO	PROCESSOS COM JULGAMENTO AGENDADO	CONCILIAÇÕES HOMOLOGADAS/FASE QUE HOUVE A CONCILIAÇÃO
2010	0	0	0	0
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	1 - CENSURA 1 - ADV. VERBAL	0	0
2015	0	0	0	0
2016	0	1- MULTA 1 ANUIDADE 1 - ABSOLVIÇÃO 1 - ARQUIVADO	0	0
2017	0	0	0	0
2018	2 - ABSOLVIÇÃO	1 - CONCILIAÇÃO EM INSTRUÇÃO	0	1 - INSTRUÇÃO
2019	8 - ABSOLVIÇÃO 1 - ADV. VERBAL 1 - SUSPENSÃO POR 10 DIAS	1 - ABSOLVIÇÃO	3	0

Atualmente traçou-se como prioridade a conclusão da coleta de dados dos processos de denúncias éticas autuadas no Regional, como também o término da estruturação e organização do Setor de Processos Éticos.

## FISCALIZAÇÃO

O Departamento de Fiscalização tem como missão fiscalizar o exercício profissional e avaliar as condições estruturais, organizacionais e dos processos de trabalho da enfermagem com utilização de abordagem educativa e em conformidade com a legislação vigente, com vistas à prestação da assistência e cuidado de enfermagem de forma segura para clientes/pacientes e trabalhadores.



O Departamento de Fiscalização está organizado com Normas e Rotinas Administrativas, Regimento (necessita revisão), Protocolos, pastas específicas disponíveis no servidor e pastas físicas específicas para documentos recebidos e enviados;

Possui quatro Enfermeiros Fiscais concursados, com experiência em fiscalização e comprometidos em proteger a Sociedade por meio da fiscalização do exercício da enfermagem com utilização de abordagem educativa;

Enfermeiros Fiscais atualizados com relação às legislações vigentes, tanto no que se refere às específicas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, quanto às de interesse da enfermagem (Ministério da Saúde, Anvisa e outros órgãos) O Quadro de profissionais de enfermagem inscritos ativos no Coren -TO é de 17.409 distribuídos nas categorias: 5.102 Enfermeiros -11.338 Técnicos e 969 Auxiliar de Enfermagem, Informação do Departamento de Registro e Cadastro em 08 de janeiro de 2019.



Departamento de Fiscalização implementou o Processo Administrativo- PAD em 2011.

Utilizamos os seguintes formulários-padrão:

- Termo de Fiscalização, Notificação,
- Auto de Infração,
- Termo de Diligência,
- O Relatório de Fiscalização é elaborado conforme modelo estabelecido pela Câmara Técnica de Fiscalização do Cofen.

## AÇÕES E ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

- Autuação de Processos de Fiscalização;
- Fiscalização do Exercício da Enfermagem na Capital e no interior do Estado;
- Averiguação de Denúncia;
- Elaboração de Relatórios de Fiscalização;
- Elaboração de Relatório de Averiguação de Denúncia;
- Acompanhamento dos prazos para cumprimento das notificações lavradas e proceder aos devidos encaminhamentos (atividade pós-fiscalização);
- Recebimento de documentação e juntada aos Processos de Fiscalização;
- Lavratura e envio de Notificações/Auto de Infração in loco, na Sede do Regional ou na Subseção Araguaína;
- Análise de Processo Administrativo relacionado ao requerimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - PAD/CRT;
- Análise de Regimento do Serviço de Enfermagem dos estabelecimentos de saúde;
- Acolhimento e orientação aos clientes quanto à formulação de denúncia e encaminhamentos;
- Atendimento ao cliente externo de forma presencial, por telefone, WhatsApp ou e-mail para esclarecimento de dúvidas e orientação aos profissionais no que se refere ao exercício da enfermagem e a legislação vigente;
- Participação em Audiências no Ministério Público Estadual;
- Atuação como palestrante sobre tema relacionado ao exercício da enfermagem e à legislação pertinente;
- Elaboração de Parecer Técnico sobre assuntos relacionados ao exercício da enfermagem quando designado pela Presidência/Plenário;
- Assessoria na elaboração de projetos relacionados à fiscalização;
- Elaboração de Memorandos e Despachos para os diversos setores do Regional;
- Elaboração e envio de Ofícios relacionados à fiscalização;
- Elaboração do Plano de Ação Anual do Departamento de Fiscalização;
- Elaboração do Relatório mensal de Atividades;

- 
- Informação mensal da produção de ações e atividades do Defisc no Portal da Transparência (LAI) até o décimo dia do mês subsequente;
  - Pesquisa de profissionais de enfermagem cadastrados no Cnes – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;
  - Verificação da situação de inscrição dos profissionais no Sistema Incorp ware;
  - Planejamento da fiscalização, quando se tratar de retorno para acompanhamento, rever o PAD e os itens notificados com a finalidade de verificar o cumprimento;
  - Atendimento às demandas do Ministério Público Estadual/Federal no prazo estabelecido;
  - Monitoramento de indicadores;
  - Representação do Conselho em comissões/comitês quando designado pela Diretoria/Plenário.

## PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2018

Considerando que a ação de fiscalização visa disciplinar o exercício da enfermagem com o objetivo de contribuir para uma assistência segura, livre de danos e riscos ao cliente, ao paciente e aos trabalhadores da área;

Considerando que o Departamento de Fiscalização depende de uma logística para o deslocamento dos Enfermeiros Fiscais, como veículo, motorista, recursos orçamentários e financeiros para custeio de combustível e diária;

Considerando que o Conselho Regional conta apenas com um veículo e um motorista na sede para atender as demandas administrativas da Gestão e do Departamento de Fiscalização;

Considerando que o veículo que fica na Subseção de Araguaína apresenta problemas mecânicos frequentes pelo tempo de uso (conduzido temporariamente pela Enfermeira Fiscal), foram estabelecidas metas factíveis de serem alcançadas

## AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PROGRAMADAS PARA 2018

META PROGRAMADA	META ALCANÇADA
Averiguar 100% das denúncias autuadas no Regional.	100%
Fiscalizar 80% dos hospitais públicos e privados localizados nos municípios de Araguaína, Augustinópolis, Gurupi Palmas, Paraíso e Porto Nacional.	87%
Atender 100% das demandas do Ministério Público Estadual / Ministério Público Federal;	100%
Realizar inspeção em 50% dos municípios não inspecionados;	78%
Realizar 80% das inspeções pendentes de retorno	81%

Fonte: Banco de dados do Defisc/servidor

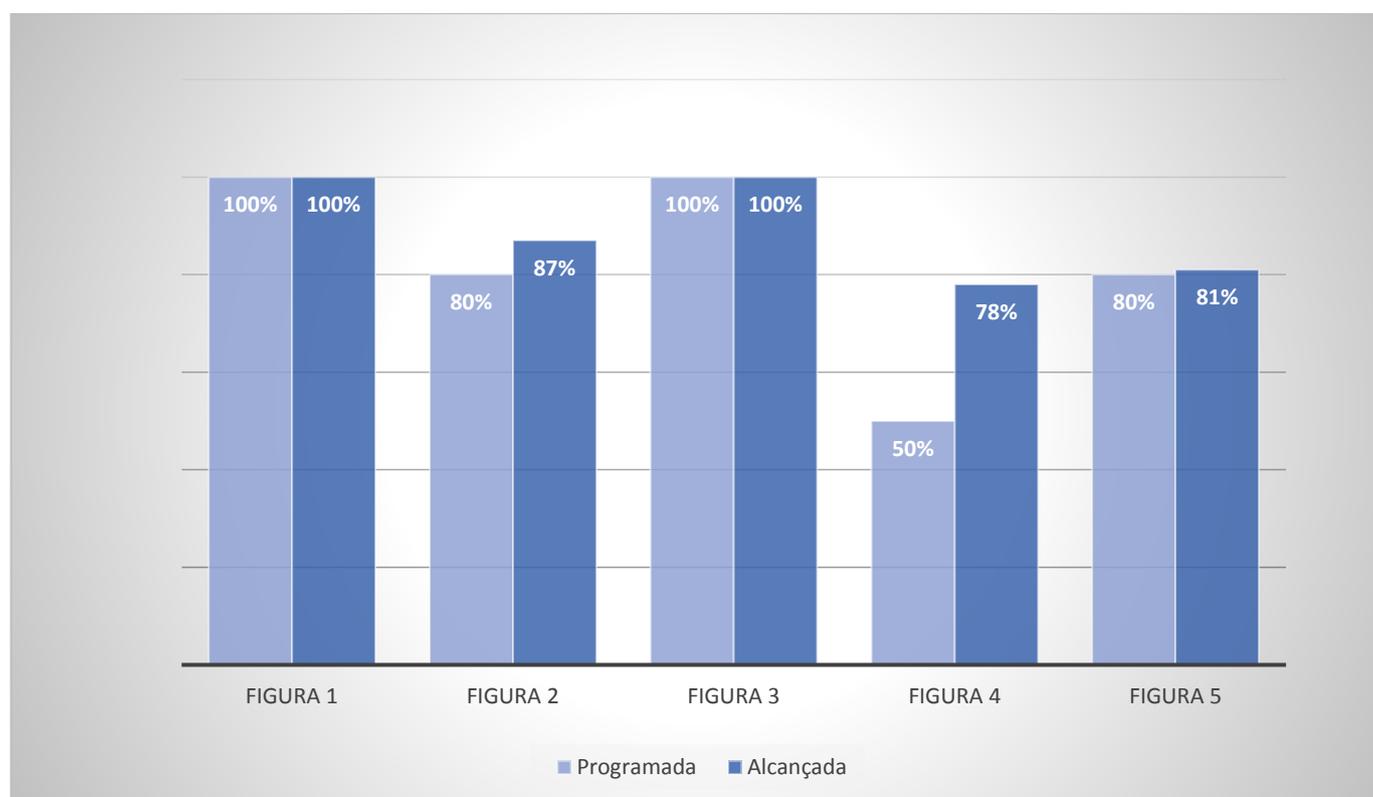
A ação de fiscalizar um estabelecimento de saúde no que se refere ao exercício da enfermagem exige atividades de planejamento (fase pré-fiscalização): rever o processo: notificações lavradas na inspeção anterior, número de profissionais de enfermagem (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde- CNES), situação inscricional no Coren-TO (Sistema Incorporware, envio de documentos organizacionais do Serviço de Enfermagem pendentes, dentre outros).

Durante a fiscalização reunião com o Gestor do estabelecimento de saúde, reunião com o (a) Enfermeiro (a) Responsável Técnico, solicitação de documentos gerenciais: regimento, protocolos, escalas de trabalho, cálculo do dimensionamento de profissionais de enfermagem e outras normativas do Serviço de Enfermagem, análise de prontuário de paciente, visando a verificação da qualidade do registro e identificação do profissional, verificação da carteira de identidade profissional, lavratura de notificação, Auto de Infração ou Termo de Diligência quando couber, esclarecimento de dúvidas dos profissionais;

**Atividades pós-fiscalização:** elaborar relatório de viagem quando couber;

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Alcance das metas programadas para 2018:



Fonte: Banco de dados do Departamento de Fiscalização/Servidor - Coren-TO

**Figura 1** - Averiguar 100% das denúncias autuadas no regional.

**Figura 2** - Fiscalizar 80% dos hospitais públicos e privados nos municípios de Augustinópolis, Araguaína, Gurupi Paraíso e Porto Nacional.

**Figura 3** - Atender 100% das demandas do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal.

**Figura 4** - Realizar inspeção em 50% dos municípios não inspecionados.

**Figura 5** - Realizar 80% das inspeções com retorno pendente.



## PRIORIDADES E METAS

- a)** No último trimestre de 2018 a Gestão priorizou a utilização do veículo pela fiscalização favorecendo o alcance das metas programadas.
- b)** Foram priorizados e fiscalizados os hospitais públicos de gestão estadual com maior quantitativo de profissionais de enfermagem, localizados nesta Capital, em Araguaína, Augustinópolis, Gurupi, Porto Nacional e Guaraí;
- c)** Fiscalizados hospitais privados localizados nesta Capital, em Araguaína e Gurupi;
- d)** Fiscalizados hospitais públicos de gestão municipal localizados nos municípios de Araguaína, Figueirópolis e Taguatinga;

## INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

As ações e atividades do Departamento de Fiscalização tem apresentado melhoria na qualidade dos registros efetuados pela enfermagem na Atenção Básica de Saúde (constatado nos registros efetuados no e-SUS) e em vários hospitais públicos e privados;

Melhoria na organização de Serviços de Enfermagem com implementação de regimento, protocolos, normas e rotinas e outras normativas para nortear as condutas técnicas, científicas e éticas da prestação da assistência/cuidado de enfermagem, como resultado das ações de fiscalização tanto na Atenção Básica, quanto nos hospitais.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS - PREVISTAS PARA 2019

- a)** Realização de inspeção em 80% dos hospitais públicos e Privados dos municípios de Palmas, Araguaína, Paraíso do Tocantins; Porto Nacional; Gurupí, Augustinópolis; Miracema do Tocantins, Xambioá, Tocantinópolis, Arraias, Dianópolis, Taquatinga, Arapoema, Natividade, Araguaçu, Alvorada, Pedro Afonso, Araguatins, Guaraí, Colinas, Formoso do Araguaia, Peixe, Figueirópolis,



Marianópolis, Brejinho de Nazaré, Divinópolis e Ananás. No total de 46 hospitais (pequeno, médio e grande portes) deverão ser fiscalizados em 2019, inclusive na modalidade de acompanhamento;

**b)** Realização de inspeção em 60% dos municípios não inspecionados ou com algum Estabelecimento de Saúde nunca inspecionado;

**c)** Realização de 80% das inspeções de retorno pendentes;

**d)** Averiguação de 100% das denúncias referentes ao exercício profissional da enfermagem, cujos processos administrativos tenham sido despachados pela Presidência ao Defisc para averiguação;

**e)** Atendimento tempestivo de 100% das demandas do Ministério Público Estadual e Federal;

**f)** Aumento significativo do quantitativo de Processos Administrativos de Fiscalização finalizados e arquivados por saneamento das situações de irregularidades/ilegalidades;

**g)** Aumento do número de Estabelecimentos de Saúde com Certidão de Responsabilidade Técnica Vigente, no período de janeiro a dezembro de 2019;

**h)** Departamento de Fiscalização provido com os equipamentos de informática necessários (04 notebooks, 01 impressoras exclusiva, 02 impressoras portáteis compatíveis com os notebooks, 01 veículos novo com tração, exclusivo para a fiscalização e mobiliários ergonômicos conforme solicitado no Projeto Mais Fiscalização);

**i)** Maior disponibilidade de Assessoria Jurídica para o Defisc;

**j)** Implementação do registro de Empresa de Enfermagem no Departamento de Registro e Cadastro na conformidade das Resoluções Cofen 225/2001 e 578/2018.

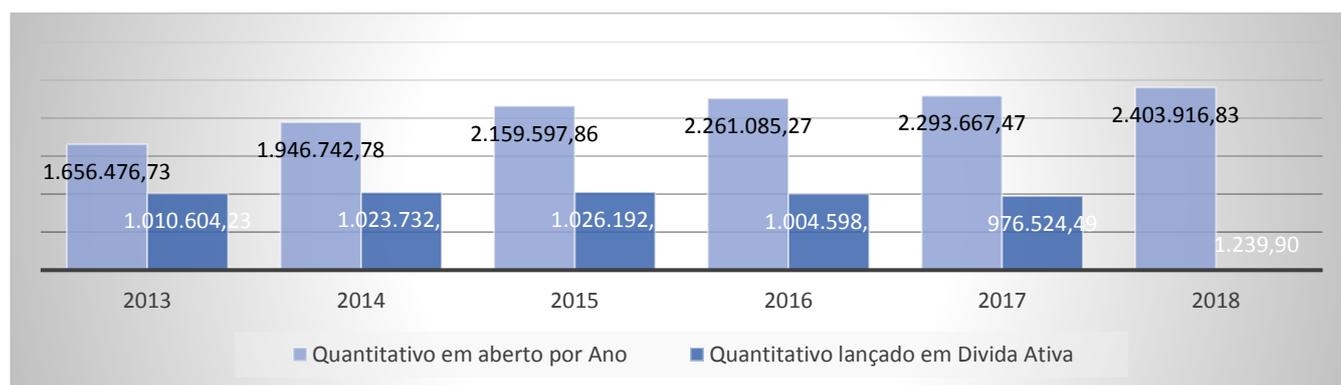
## DÍVIDA ATIVA

O Departamento de Dívida Ativa deste Conselho é responsável pela cobrança do débito, negociação e inscrição na dívida ativa, na tentativa de reduzir a inadimplência realizamos atendimento com o Coren móvel “in loco” nos municípios com a demanda maior de profissionais,



incluindo as cidades circunvizinhas no Estado do Tocantins.No ano de 2018 foram notificados todos os inadimplentes, e inscrito em dívida ativa os profissionais notificados no ano de 2017, encaminhado os mesmos para a Procuradoria Geral do Coren, no qual foram executados judicialmente, os que estavam dentro da legalidade que a lei exige.

A tabela abaixo são dados do sistema incorpware. Ressalvo que o quantitativo lançado em dívida ativa no ano de 2018 ainda não foi atualizado pelo sistema mencionado, no qual no ano de 2019 serão inscritos e enviados para o cartório.



## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atualização cadastral dos profissionais de enfermagem no ato do atendimento;
- Visita técnica de capacitação de empregado na subseção de Gurupi;
- Visita técnica no Regional do Rio Grande do Norte, para aprimoramento das atividades relacionadas a dívida ativa;
- Participação no 21º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem para capacitação e atualização dos conhecimentos enfrentados pelos Conselhos em âmbito nacional;
- Inscrição de profissionais em dívida ativa dos notificados no ano de 2017, e encaminhados o quantitativo de 3.737 (três mil setecentos e trinta e sete) para Procuradoria Geral do Coren para executar judicialmente;

- 
- Programa de Recuperação Fiscal-REFIS, alcançado um resultado de arrecadação no ano de 2018 conforme dados do sistema incorpware no valor de R\$ 503.263,07 (quinhentos e três mil duzentos e sessenta e três reais e sete centavos);
  - Realização do Coren itinerante nos municípios de Augustinópolis, Dianópolis e Porto Nacional;
  - Manutenção do cadastro de Dívida Ativa no Conselho Regional.

### PRIORIDADES E METAS

- Notificar no ano de 2018 todos os inadimplentes, com a meta de inscrever em dívida ativa e enviar para o cartório de protesto no ano de 2019;
- Adotar estratégias de redução do percentual de profissionais inadimplentes, com o objetivo de ampliar a oferta de melhores serviços aos profissionais de enfermagem e a sociedade;
- Ampliar a divulgação do programa de recuperação fiscal-REFIS, no ano de 2019, com o intuito de que o maior número de profissionais possa procurar o Conselho para quitação e negociação dos débitos, visto que, os débitos vão se acumulando e sua extinção ocorre basicamente em razão da prescrição ou pagamento;
- Capacitação frente aos assuntos referente à Dívida Ativa.

### INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Foi solicitado um sistema de digitalização e arquivo dos processos para melhoria deste departamento, e dos demais setores deste Conselho, devido à falta de espaço físico para guardar os processos;
- Ampliar a divulgação do programa de recuperação fiscal-REFIS, no ano de 2019, com o intuito de que o maior número de profissionais possa procurar o Conselho para a negociação e quitação dos débitos;
- Cumprimento da Resolução CofenNº600/2018;
- Aquisição de espaço físico para guarda de arquivos;

- 
- Informar os profissionais de enfermagem sobre seus débitos;
  - Aperfeiçoamento do sistema de cobrança e dívida ativa;

## DESAFIOS E RISCOS

- Promover integração dos setores de cobrança, jurídico e fiscalização do Conselho;
- Implantar sistema de cobrança, para acompanhamento dos pagamentos dos parcelamentos realizados.

## DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CADASTRO

Durante o ano de 2018, foram realizadas atualizações e procedimentos referentes a documentação para inscrição profissional e solicitação da Carteira de Responsabilidade Técnica (CRT). Além de atender as demandas do atendimento presencial na cidade de Palmas e subseções localizadas em Araguaína e Gurupi, bem como nos municípios do Estado em ações de Coren Móvel.

Atendemos diariamente ao Conselho Regional de Enfermagem, respondendo demandas por correio eletrônico, telefone e correspondências oficiais dentro das matérias de atribuição da área e protocolo. Recebemos fisicamente e no Sistema de Tramitação de Documentos os documentos e os PAD-s, proferindo os despachos necessários. Auxílio à Ouvidoria-Geral do COREN - TO nos assuntos pertinentes ao Departamento de Registro e Cadastro (DRC).



## Quadro de Inscritos



Fonte: Incorp – Departamento de Registro e Cadastro

2016		2017		2018	
CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO	253	CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO	486	CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO	618
CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	185	CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	174	CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	213
INSCRIÇÃO DEFINITIVA	16	INSCRIÇÃO DEFINITIVA	11	INSCRIÇÃO DEFINITIVA	8
INSCRIÇÃO DEFINITIVA POR TRANSFERENCIA	12	INSCRIÇÃO DEFINITIVA POR TRANSFERENCIA	15	INSCRIÇÃO DEFINITIVA POR TRANSFERENCIA	26
INSCRIÇÃO DEFINITIVA QI	392	INSCRIÇÃO DEFINITIVA QI	501	INSCRIÇÃO DEFINITIVA QI	397
INSCRIÇÃO DEFINITIVA QII	541	INSCRIÇÃO DEFINITIVA QII	709	INSCRIÇÃO DEFINITIVA QII	548
INSCRIÇÃO DEFINITIVA QIII	5	INSCRIÇÃO DEFINITIVA QIII	8	INSCRIÇÃO DEFINITIVA QIII	2
INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA	4	INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA	6	INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA	5
INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA Q-I	14	INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA Q-I	18	INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA Q-I	10
INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA Q-II	10	INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA Q-II	11	INSCRIÇÃO DEFINITIVA SECUNDÁRIA Q-II	4
REGISTRO DE ESPECIALIZAÇÃO	37	REGISTRO DE ESPECIALIZAÇÃO	47	REGISTRO DE ESPECIALIZAÇÃO	39
REINSCRIÇÃO	27	REINSCRIÇÃO	54	REINSCRIÇÃO	64
REMIDA	3	REMIDA	1	REMIDA	10

### PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Otimizar o atendimento e implementar ao portal e nas subseções ferramentas de autoatendimento.

**AREAS ESPECIAIS  
DE GESTÃO**

**CAPÍTULO**

**5**

## CAPÍTULO 5

# AREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

### GESTÃO DE PESSOAS

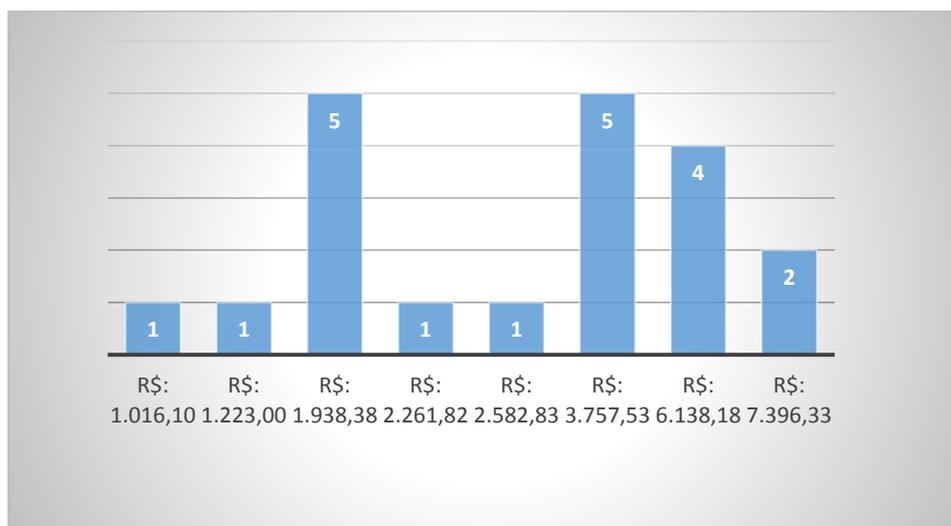
O termo gestão de pessoas é um conceito empregado às estratégias que objetivam atrair, reter, potencializar e administrar o capital humano, as instituições que possuem essa expertise entre suas políticas internas são aquelas que formam profissionais mais bem qualificados e motivados para desempenhar suas funções. É preciso garantir que todas as pessoas que fazem parte desta Autarquia, independentemente do cargo que ocupem, sigam alguns valores, que pautem suas atitudes e comportamentos, para a realização de um trabalho de excelência e uma convivência harmoniosa entre todos. Este é um dos principais papéis da Gestão de Pessoas dentro do COREN-TO.

O Departamento Administrativo é responsável pela gestão de pessoas do COREN-TO, dentro do ano de 2018 foram otimizadas técnicas para o melhor convívio e alocação do capital humano dentro de sua funcionalidade e experiência.

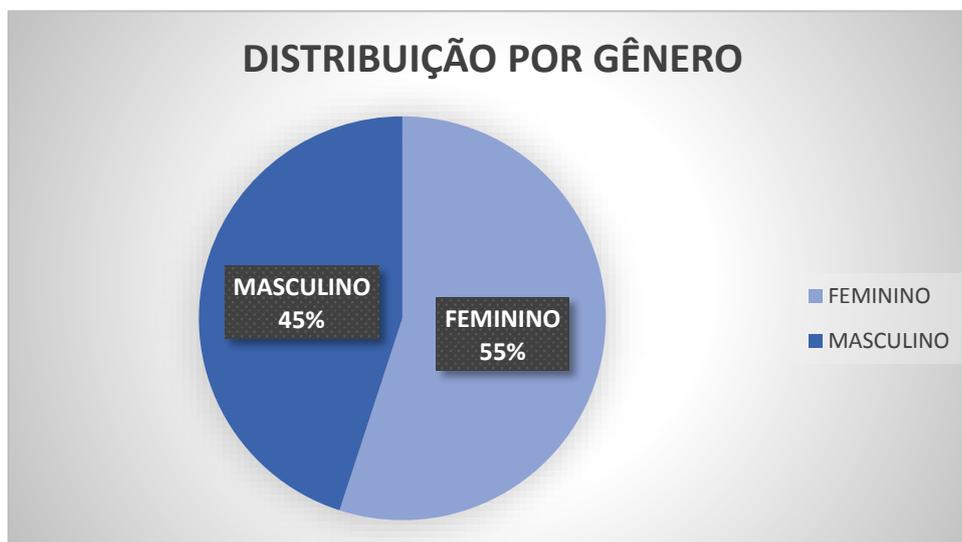
Os empregados são contratados em regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Seguimos orientação que dispõe a Resolução Cofen 561/2017 e Código de Ética dos empregados públicos do Sistema Cofen/ Coren's.



## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL



## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR GÊNERO

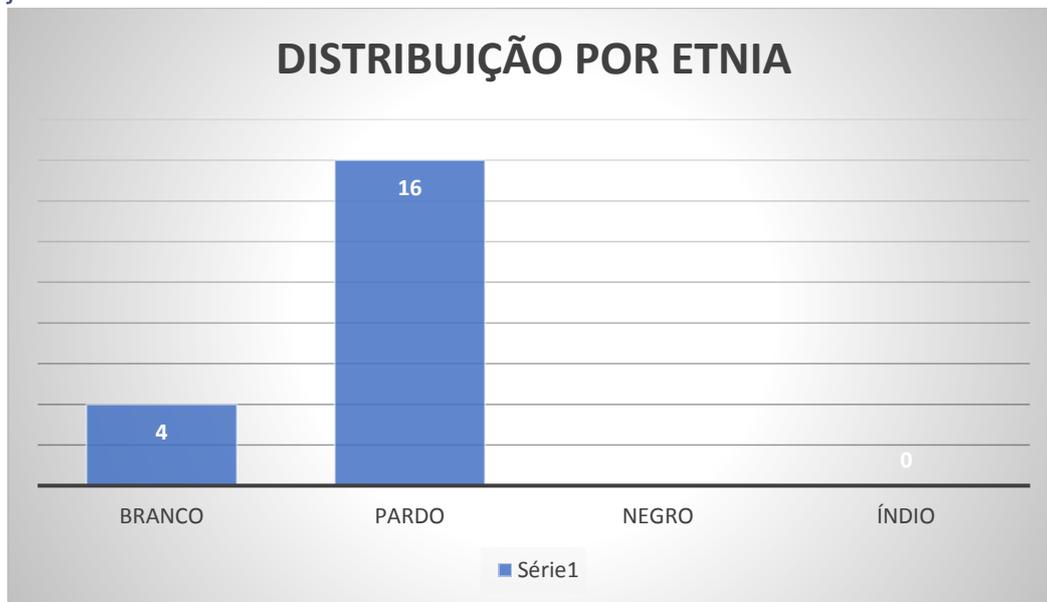


## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR DEFICIÊNCIA

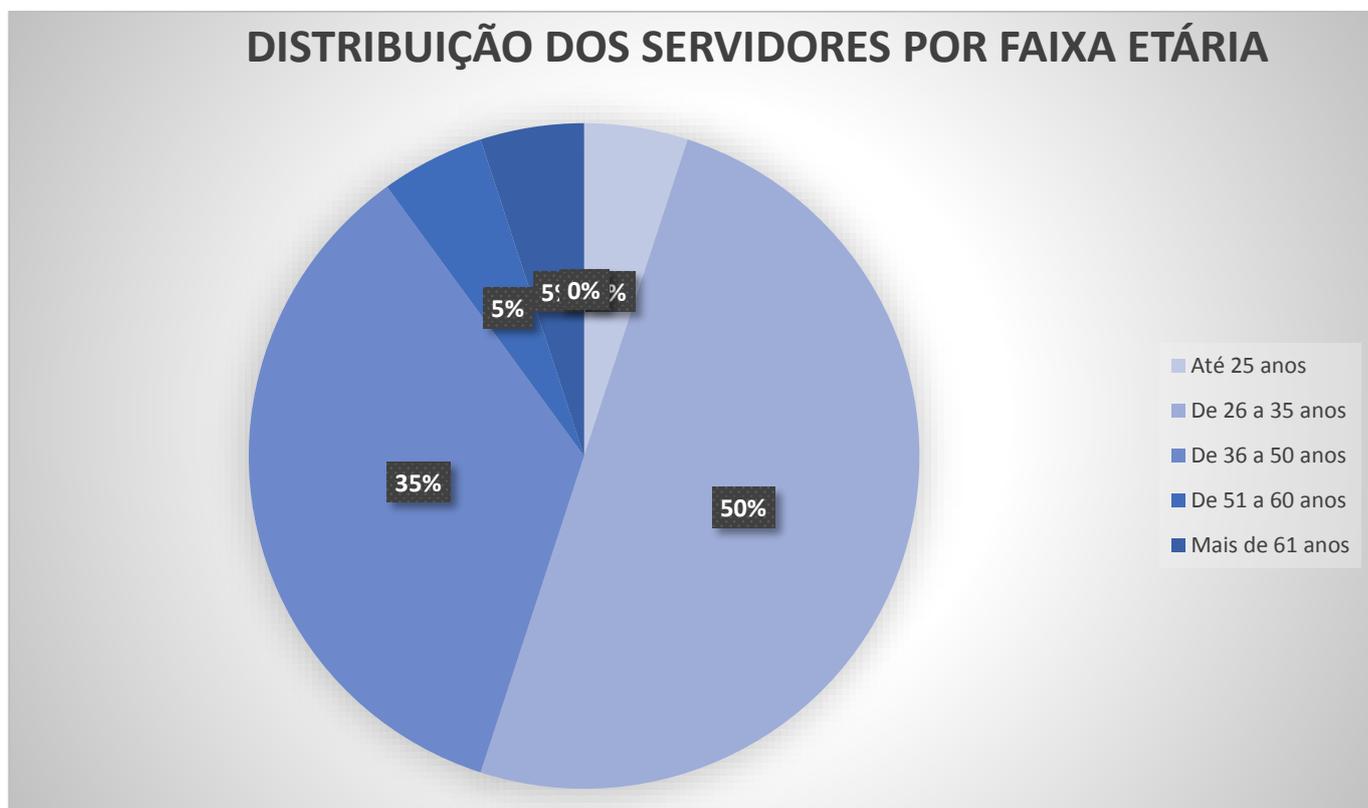
EMPREGADOS COM DEFICIÊNCIA.	0
-----------------------------	---



## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ETNIAS



## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA



## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL



## DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR CARREIRA

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
<b>Funcionários de carreira</b>	5	4
Funcionários de carreira vinculado ao órgão	5	4
Funcionários de carreira em exercício descentralizado	0	0
Funcionários de carreira em exercício provisório	0	0
Funcionários requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
Funcionário de carreira ocupantes de função de confiança	11	0
Funcionário com contratos temporários	0	0
Funcionário sem vínculo com a administração pública (cargos em comissão livre provimento com contrato de trabalho)	11	0
<b>TOTAL DE FUNCIONÁRIOS EM DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>14</b>	<b>6</b>

## GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

No que tange o Patrimônio do Conselho Regional de Enfermagem, informo que possui PAD Nº245/2018 que se encontra em processo licitatório para aquisição de sistema de patrimônio. No entanto o controle do patrimônio da Autarquia é realizado por meio de planilhas, na qual consta,



após conferência, os bens existentes atualmente, bem como os bens recentemente adquiridos e recebidos por meio de doações, os bens inservíveis, e os bens não localizados. Os procedimentos corriqueiros como empréstimos e transferências de bens estão sendo controlados através de Termos de Responsabilidade feitos pelo Departamento Administrativo. Os desfazimentos dos bens inservíveis são relacionados em planilha de Excel e passado em ROP para deliberação de baixa definitiva.

#### DESFAZIMENTO DE ATIVOS:

Não houve desfazimento de ativos, haja vista que o COREN-TO já solicitou ao COFEN-TO via Ofício, que se possível, fosse enviado um profissional para nos auxiliar com a depreciação e desfazimento de bens inservíveis deste Conselho.

#### LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

- 01 imóvel locado em Araguaína-TO;
- 01 imóvel locado em Gurupi-TO;
- 04 impressoras locadas com a empresa Technocopy.

#### MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

Não houve desmobilização e nem mudança predial no ano de 2018.

#### PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Implantação de sistema de Patrimônio para gerir e controlar os bens desta Autarquia.

#### SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Não temos nenhuma política para essas ações, porém fazemos a interação com o ambiente sem o comprometimento profissional dos recursos naturais para as futuras gerações.

#### CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES



Devido ao quadro reduzido de empregados ainda não foi possível a implantação de políticas voltadas para o meio ambiente e sustentabilidade nas contratações e aquisições para este Regional.

#### AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Não temos nenhuma política para essas ações.

#### REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

Uma das estratégias mais empregadas na redução da geração de resíduos é a aplicação dos 3R's: Redução, Reutilização e Reciclagem. Entre os 3R's, é a estratégia que possui maior potencial para redução da geração de resíduos. Isto porque é mais seguro e menos custoso prevenir do que controlar a contaminação. Para medidas de redução na geração de resíduos podem ser realizadas modificações de processo, substituição de matérias-primas e maquinários mais eficientes. Além disso, protocolos constantes que visem quantificar, controlar, gerenciar e inspecionar a geração de resíduos também colaboram para a redução. No nosso regional implantamos a medida "Adote um copo" para que seja utilizada a menor quantidade possível de copos plásticos que poluam o meio ambiente. Dentre outras medidas a impressão consciente, sempre que possível imprimir frente e verso da folha, bem como já há um estudo pelo Departamento Administrativo da implantação de caixas para coleta e a reciclagem de papeis para reduzir os impactos das atividades humanas no meio ambiente.

#### ESTRATÉGIA DDE RECRUTAMENTO E A LOCAÇÃO DE PESSOAS

##### NECESSIDADE DE RECURSOS HUMANOS

O COREN-TO atua hoje com déficit de funcionários, devido à grande demanda e pouco recurso financeiro os profissionais atuam com sobrecarga de trabalho para o desenvolvimento das atividades, onde o Chefe de Departamento executa todas os processos de trabalho, alguns contando apenas com um estagiário por período, outros não contam com a assistência do estagiário.

##### PLANO DE REMOÇÃO E ALOCAÇÃO DE SERVIDORES



Não dispomos de um plano elaborado para remoção e alocação de servidores de outros regionais, haja vista que a procura é significativamente pequena. Durante o exercício de 2018 uma servidora supostamente mostrou interesse em se deslocar para esse regional, mas de acordo com o planejamento financeiro, não dispomos de orçamento para mais um empregado.

#### SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE PESSOAS

A seleção é anunciada no site do COREN-TO, após análise de currículo, são feitos o recrutamento e a seleção, caso o interessado preencher os requisitos para a vaga, o mesmo é contratado.

### GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Conselho está em fase de reestruturação e formulação de acompanhamento do Planejamento Estratégico 2017-2019, no qual terá a concretização na organização de projetos e ações relacionadas de forma direta e indiretamente com o Setor de Tecnologia da Informação do Conselho.

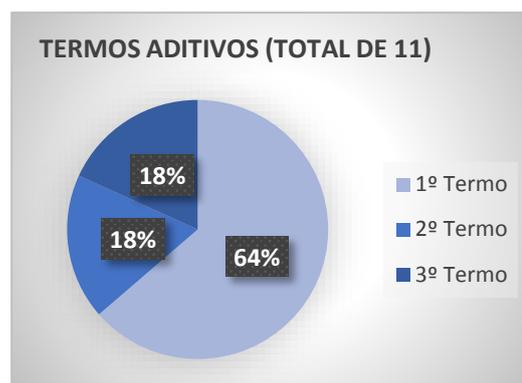
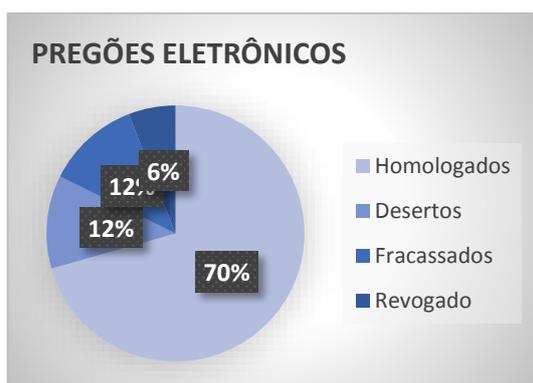
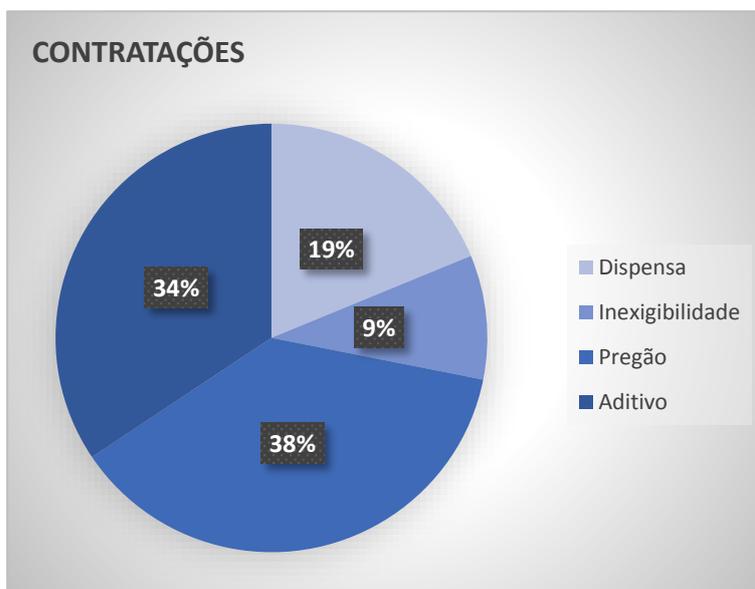
Durante o exercício de 2018 o Setor de Tecnologia da Informação exerceu atendimento na sede e subseções do Regional realizando manutenção e conservação dos equipamentos eletrônicos. Auxiliou juntamente com os Departamentos de Dívida Ativa e Departamento de Registro Cadastro suporte técnico em viagens do Coren Móvel.

Como forma de investimento no Setor foi realizado treinamento dos Franmeworks: + IONC na cidade de São Paulo.

### GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS



A Comissão Permanente de Licitação é composta pelos empregados públicos Daniel Silva de Oliveira Carvalho na figura do presidente e pelos membros, Jéssica Roberta Borges Arruda e José Emerson da Silva, designados por meio de Portaria nº 117/2019, publicada no DOU de 13/09/2018.



## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS NA GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

- Otimizar ainda mais os processos licitatórios, reduzindo os gastos e o tempo entre a abertura do processo e a contratação;
- Manter os pregões em sua forma eletrônica;
- Adequar todos os Termos de Referência, Editais e Contratos conforme modelos da AGU;

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do exercício de 2018 foi estimado no valor de R\$ 5.963.179,65, aprovado, entretanto, houve modificações orçamentárias, por anulação ou suplementação dos recursos, redimensionando para o valor de R\$ 6.140.179,65.

Variação Orçamentária do COREN TO:

Dotação Inicial - Anulação + Suplementação = Dotação Final

R\$ 5.963.179,65 – R\$ 442.453,00 + R\$ 619.453,00 = R\$ 6.140.179,65

Descrição das Receitas Arrecada:

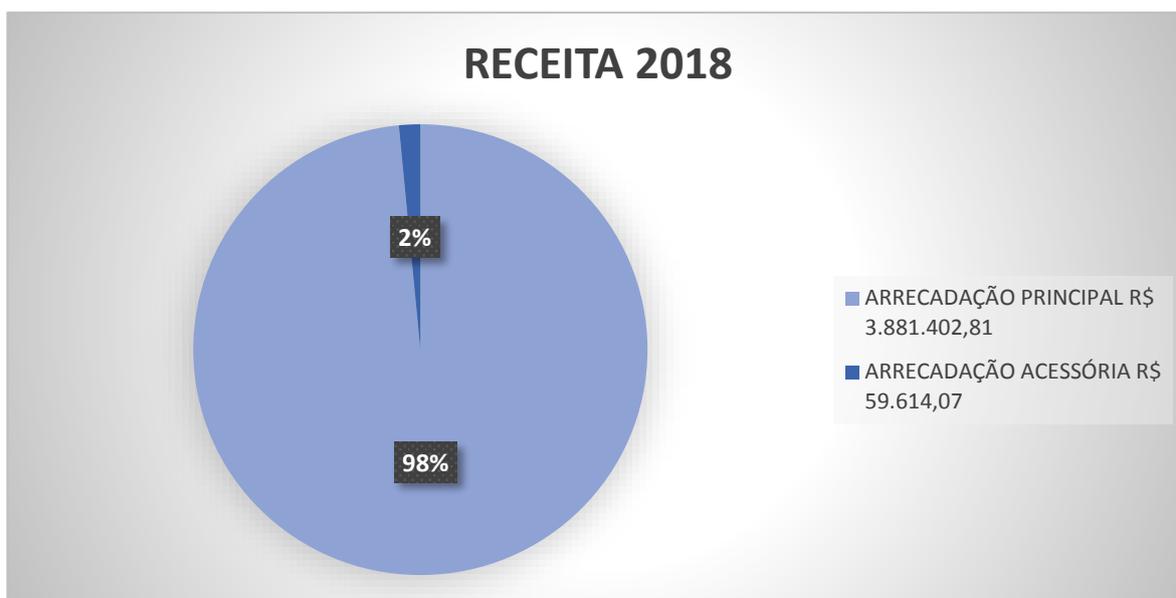
- Arrecadação Principal: são os valores das Anuidades de Auxiliar, Enfermeiro e Técnico; Anuidades de Exercícios Anteriores; Taxas de Inscrição – Pessoa Física; Multas e Juros sobre Anuidades de Pessoas Físicas; Multas e Juros de Mora da Dívida ativa de Pessoas – Físicas.
- Arrecadação Acessória: são os valores de Remuneração de Depósitos Bancários; Programa de Apoio Aos Profissionais de Enfermagem; Receita Diversa arrecada pelo Órgão.

Arrecadação Principal: R\$ 3.881.402,81

Arrecadação Acessória: R\$ 59.614,07

Arrecadação Principal + Arrecadação Acessória = Arrecadação Total

Arrecadação Total= R\$ 3.941.016, 88



As informações referentes à discriminação de valores das Anuidades, não foram possíveis, por estarmos adequando o Sistema Contábil junto ao Sistema de Arrecadação. Pois estamos adequando o nosso Parque tecnológico para sim atender o Órgão.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2018 o conselho regional de Enfermagem arrecadou R\$ 3.941.016,88, representando o percentual de 64,18% da receita prevista. Desse montante foi empenhado o valor de R\$ 4.361.067,32, das quais foi liquidado o valor de R\$ 3.831.707,23, pago o valor de 3.769.796,16 e anulados o valor de R\$ 529.360,09.

O valor Pago estima o percentual de 61,39% da Dotação Final. Em 2018, as despesas executadas por este conselho totalizam o valor de R\$ 3.769.796,16.



## EXECUÇÃO FINANCEIRA

As despesas executadas por esse conselho representam o valor de 95,65% do montante arrecadado. As despesas correntes representam o percentual de 64,74% da despesa total orçada e apresenta aproximadamente uma média de gasto mensal de R\$ 313.250,99, sendo maior relevância descritas a seguir.

### Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios

- Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal civil: 96,75% Orçado.
- Obrigações Patronais: 86,32% Orçado.
- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: 90,76% Orçado.

### Serviços e Material de Consumo

- Serviços se referem a contratações necessárias para manter o Coren – TO: Outros serviços de terceiros – Pessoa Física: 90,85%; outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: 62,59% do Orçado.

Material de Consumo representa aos bens adquiridos almoxarifado e consumo nas atividades dos órgãos: 19,65% orçado.

<b>RECEITAS DE SERVIÇOS</b>	<b>301.000,00</b>	<b>257.205,52</b>	<b>85,45%</b>	<b>257.205,52</b>	<b>85,45%</b>	<b>43.794,48</b>	<b>14,55%</b>
<b>SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>301.000,00</b>	<b>257.205,52</b>	<b>85,45%</b>	<b>257.205,52</b>	<b>85,45%</b>	<b>43.794,48</b>	<b>14,55%</b>
Taxa De Inscrição - Pessoas Físicas	299.000,00	257.093,27	85,98%	257.093,27	85,98%	41.906,73	14,02%
Serviços De Fotocópias	1.000,00	112,25	11,22%	112,25	11,22%	887,75	88,78%
Outros Serviços Administrativos	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00%
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>177.000,00</b>	<b>45.803,47</b>	<b>25,88%</b>	<b>45.803,47</b>	<b>25,88%</b>	<b>131.196,53</b>	<b>74,12%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>177.000,00</b>	<b>45.803,47</b>	<b>25,88%</b>	<b>45.803,47</b>	<b>25,88%</b>	<b>131.196,53</b>	<b>74,12%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN</b>	<b>177.000,00</b>	<b>45.803,47</b>	<b>25,88%</b>	<b>45.803,47</b>	<b>25,88%</b>	<b>131.196,53</b>	<b>74,12%</b>
<b>PLATEC – RESOLUÇÃO COFEN 343/2009</b>	<b>177.000,00</b>	<b>45.803,47</b>	<b>25,88%</b>	<b>45.803,47</b>	<b>25,88%</b>	<b>131.196,53</b>	<b>74,12%</b>
Programa De Apoio Aos Profissionais De Enfermagem	177.000,00	45.803,47	25,88%	45.803,47	25,88%	131.196,53	74,12%
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>371.000,00</b>	<b>438.199,45</b>	<b>118,11%</b>	<b>438.199,45</b>	<b>118,11%</b>	<b>-67.199,45</b>	<b>-18,11%</b>
<b>MULTAS E JUROS DE MORA</b>	<b>370.000,00</b>	<b>438.177,01</b>	<b>118,43%</b>	<b>438.177,01</b>	<b>118,43%</b>	<b>-68.177,01</b>	<b>-18,43%</b>
<b>MULTAS E JUROS DE MORADAS CONTRIBUTIÇÕES</b>	<b>45.000,00</b>	<b>80.217,36</b>	<b>178,26%</b>	<b>80.217,36</b>	<b>178,26%</b>	<b>-35.217,36</b>	<b>-78,26%</b>
Multas e Juros Sobre Anuidades De Pessoas Físicas	30.000,00	58.827,60	196,09%	58.827,60	196,09%	-28.827,60	-96,09%
Juros Sobre Anuidades De Pessoas Físicas	15.000,00	21.389,76	142,60%	21.389,76	142,60%	-6.389,76	-42,60%
<b>MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUTIÇÕES</b>	<b>325.000,00</b>	<b>357.959,65</b>	<b>110,14%</b>	<b>357.959,65</b>	<b>110,14%</b>	<b>-32.959,65</b>	<b>-10,14%</b>
Multas De Mora Da Dívida Ativa De Pessoas Físicas	300.000,00	335.372,63	111,79%	335.372,63	111,79%	-35.372,63	-11,79%
Juros De Mora Da Dívida Ativa De Pessoas Físicas	25.000,00	22.587,02	90,35%	22.587,02	90,35%	2.412,98	9,65%
<b>INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.000,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>RESTITUIÇÕES</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.000,00</b>	<b>100,00%</b>
Outras Restituições	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00%
<b>RECEITAS DIVERSAS</b>	<b>0,00</b>	<b>22,44</b>	<b>0,00%</b>	<b>22,44</b>	<b>0,00%</b>	<b>-22,44</b>	<b>0,00%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>0,00</b>	<b>22,44</b>	<b>0,00%</b>	<b>22,44</b>	<b>0,00%</b>	<b>-22,44</b>	<b>0,00%</b>
Receitas Diversas	0,00	22,44	0,00%	22,44	0,00%	-22,44	0,00%
<b>Total</b>	<b>6.140.179,65</b>	<b>3.941.016,88</b>	<b>64,18%</b>	<b>3.941.016,88</b>	<b>64,18%</b>	<b>2.199.162,77</b>	<b>35,82%</b>

O Coren-TO cumpriu o princípio do equilíbrio ao não gastar mais do que arrecada no ano, mantendo sua despesa corrente menor que a receita corrente. Esse fato identifica a perenidade das atividades, além de garantir condições financeiras de realizar investimentos no órgão.



Durante o exercício de 2018 o conselho adotou várias medidas para conter gastos e assim assegurando o órgão a manter seus pagamentos em dia juntos as empresas e órgãos.

Desafios e ações futuras:

- Manter o bom funcionamento da estrutura do Coren–TO, mesmo com o cenário econômico instável;
- Desenvolver meios de atingir os resultados de suas receitas, minimizando o consumo de seus recursos.
- Obter melhorias no parque tecnológico.
- Treinar os profissionais para uma melhor utilização dos recursos disponíveis ao órgão.
- Divulgar os resultados orçamentários e financeiros alcançados para tomadas de contas.

# CAPÍTULO

# 6

CAPÍTULO 6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



## ESTRATÉGIAS TRAÇADAS PARA ALCANÇAR MELHOR DESEMPENHO DAS SUAS ATIVIDADES

O Conselho Regional do Tocantins formula a cada ano seu planejamento a fim de compreender o funcionamento de suas áreas. A reformulação tem como objetivo modernizar metas relacionadas à Gestão do Conselho. Melhorando suas atividades e tendo um maior compromisso em demonstrar de forma ampla seus resultados.

### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Departamento de Contabilidade e a Controladoria realizam a interação dos setores a fim de demonstrar uma melhor proposta orçamentária, assim verifica as alterações orçamentárias, acompanha a execução do orçamento e gera relatórios gerenciais mensais.

O contingenciamento de despesa visa garantir recursos suficientes para manter e Garantir seus objetivos Estratégicos durante o ano.

O Desempenho financeiro visa demonstrar informações sobre o fluxo financeiro com o intuito de evidenciar e gerenciar as entradas e saídas de recursos, para que venha obter um melhor resultado financeiro de suas atividades.

O Coren – TO vem acompanhando suas atividades a fim de aumentar a arrecadação das suas receitas. O período de maior percentual de arrecadação se estendeu de janeiro a maio de cada ano. Em 2018 o mês de dezembro demonstrou melhor percentual em relação aos outros anos, pois em dezembro ocorre aumento das despesas do sistema em função ao pagamento da segunda parcela do 13º do pessoal. Considerando o aumento da arrecadação nesse período obtemos um melhor resultado e assim o cumprimento das ações do conselho.



A administração do Coren – TO, sempre se preocupou com seus pagamentos, cumprindo com todas as datas de vencimento acordada com os seus fornecedores. O gasto total foi de 95,65% em relação às receitas arrecadadas.

## CENTRO DE CUSTO

Não há conteúdo a declarar nesse item, tendo em vistas as limitações técnicas e tecnológicas que o sistema possui, Ainda não foi possível implementar, por isso está sendo um objeto de análise no orçamento, pois o sistema ainda não comporta financeiramente.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os demonstrativos do Coren – TO são os Seguintes:

As demonstrações contábeis do COREN – TO, foram elaboradas em conformidade com a lei, em observância as Normas brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público.

Os normativos trazem orientações quantos aos procedimentos adotados para elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas.

Portanto declaro que as informações constantes das demonstrações contábeis refletem os seus aspectos mais relevantes a situação, orçamentária, financeira e patrimonial do conselho regional de enfermagem.

## BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial – BP, estruturado em Ativos e Passivos e Patrimônio Líquido do Conselho. A situação patrimonial do conselho no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Demonstra a posição dos Ativos e Passivos no final do Exercício.

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>COREN/TO</b>			Período: 01/01/2018 a 31/12/2018 Período Anterior: 01/01/2017 à 31/12/2017		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.787.576,30</b>	<b>2.600.989,71</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>93.042,26</b>	<b>78.196,58</b>
CADA E EQUIVALENTES DE CADA	344.069,49	285.489,77	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	38.627,39	53.316,80
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.346.269,05	2.291.221,93	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DE CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	3.346.269,05	2.291.221,93	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	31.483,74	5.403,83
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	83.343,02	19.127,92	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	22.575,63	19.119,45
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
ESTOQUES	13.894,74	5.150,09	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	355,50	356,50
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>1.033.880,10</b>	<b>1.023.095,58</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	98.702,84	98.702,84	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	98.607,26	98.607,26	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	95,58	95,58	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	935.177,26	924.392,99	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	785.117,00	781.282,73	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	150.060,26	143.110,26	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>93.042,26</b>	<b>78.196,58</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	4.728.414,14	3.545.888,96
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.728.414,14</b>	<b>3.545.888,96</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.821.456,40</b>	<b>3.624.085,54</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.821.456,40</b>	<b>3.624.085,54</b>
ATIVO FINANCEIRO	1.356.014,07	1.228.403,91	PASSIVO FINANCEIRO	98.662,26	83.816,58
ATIVO PERMANENTE	3.465.442,33	2.395.681,63	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>4.722.794,14</b>	<b>3.540.268,96</b>
<b>Compensações</b>					
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
<b>Saldo do Atos Potenciais Ativos</b>	<b>Atual</b>	<b>Anterior</b>	<b>Saldo do Atos Potenciais Passivos</b>	<b>Atual</b>	<b>Anterior</b>
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Quadro do Superávit/Déficit Financeiro</b>					
			<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	
Superávit Financeiro			1.257.351,81	1.144.587,33	

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Patrimoniais – Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, classificadas em quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e as qualitativas, decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, e indicará o resultado patrimonial do exercício



**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

Exercício Atual		Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
-----------------	--	--------------------	--	-----------------	--------------------

**COREN/TO** Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	4.996.103,49	5.115.003,46	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.813.578,31	3.652.593,20
CONTRIBUIÇÕES	4.241.179,65	4.121.526,23	PESSOAL E ENCARGOS	1.500.778,87	1.508.734,98
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	4.241.179,65	4.121.526,23	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.076.043,90	1.065.634,61
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	4.241.179,65	4.121.526,23	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	1.076.043,90	1.065.634,61
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	257.205,52	295.903,75	ENCARGOS PATRONAIS	290.840,34	323.574,76
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	257.205,52	295.903,75	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	205.885,33	218.041,53
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	257.205,52	295.903,75	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	84.955,01	105.533,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	451.852,92	365.747,84	BENEFÍCIOS A PESSOAL	133.894,63	119.497,61
JUROS E ENCARGOS DE MORA	438.177,01	329.246,49	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	133.894,63	119.497,61
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	438.177,01	329.246,49	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	28,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13.675,91	36.501,35	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	0,00	28,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	13.675,91	36.501,35	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.005.396,03	777.295,55
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	45.803,47	308.334,23	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	89.979,42	50.614,58
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	45.803,47	308.334,23	MATERIAL DE CONSUMO	88.499,42	50.614,58
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	45.803,47	308.334,23	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.480,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	61,93	23.491,41	SERVICOS	915.416,61	726.680,97
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	61,93	23.491,41	DIÁRIAS	138.900,06	104.901,55
INDENIZAÇÕES	22,44	22.771,41	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	64.551,62	59.563,57
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	39,49	720,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	711.964,93	562.215,85
			TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	953.885,27	803.005,10
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	953.885,27	803.005,10
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	953.885,27	803.005,10
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	353.518,14	563.557,57
			DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	353.518,14	563.557,57
			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	353.518,14	563.557,57
<b>Total das Variações Ativas :</b>	<b>4.996.103,49</b>	<b>5.115.003,46</b>	<b>Total das Variações Passivas :</b>	<b>3.813.578,31</b>	<b>3.652.593,20</b>
<b>Déficit do Exercício</b>			<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		
			<b>Superávit do Exercício</b>	<b>1.182.525,18</b>	<b>1.462.410,26</b>
<b>Total</b>	<b>4.996.103,49</b>	<b>5.115.003,46</b>	<b>Total</b>	<b>4.996.103,49</b>	<b>5.115.003,46</b>

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Balanço Orçamentário – Demonstra o orçamento inicial e suas alterações confrontando com a execução da receita e da despesa. O balanço Patrimonial demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual a elaboração de crédito adicional.

## COREN/TO

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA CORRENTE		5.963.179,65	6.140.179,65	3.941.016,88	-2.199.162,77	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		5.241.179,65	5.241.179,65	3.186.132,53	-2.055.047,12	
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS		5.241.179,65	5.241.179,65	3.186.132,53	-2.055.047,12	
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS		5.241.179,65	5.241.179,65	3.186.132,53	-2.055.047,12	
RECEITAS PATRIMONIAIS		50.000,00	50.000,00	13.675,91	-36.324,09	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		50.000,00	50.000,00	13.675,91	-36.324,09	
RECEITAS DE SERVIÇOS		301.000,00	301.000,00	257.205,52	-43.794,48	
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		301.000,00	301.000,00	257.205,52	-43.794,48	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	177.000,00	45.803,47	-131.196,53	
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		0,00	177.000,00	45.803,47	-131.196,53	
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN		0,00	177.000,00	45.803,47	-131.196,53	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		371.000,00	371.000,00	438.199,45	67.199,45	
MULTAS E JUROS DE MORA		370.000,00	370.000,00	438.177,01	68.177,01	
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES		45.000,00	45.000,00	80.217,36	35.217,36	
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES		325.000,00	325.000,00	357.959,65	32.959,65	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	
RESTITUIÇÕES		1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	
RECEITAS DIVERSAS		0,00	0,00	22,44	22,44	
OUTRAS RECEITAS		0,00	0,00	22,44	22,44	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>		<b>5.963.179,65</b>	<b>6.140.179,65</b>	<b>3.941.016,88</b>	<b>-2.199.162,77</b>	
<b>DÉFICIT</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>5.963.179,65</b>	<b>6.140.179,65</b>	<b>3.941.016,88</b>	<b>-2.199.162,77</b>	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL	5.963.179,65	6.140.179,65	3.831.707,23	3.831.707,23	3.769.796,16	2.308.472,42
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	5.629.247,23	5.806.247,23	3.820.922,96	3.820.922,96	3.759.011,89	1.985.324,27
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	1.468.047,12	1.568.782,12	1.500.778,87	1.500.778,87	1.470.351,54	68.003,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.468.047,12	1.568.782,12	1.500.778,87	1.500.778,87	1.470.351,54	68.003,25
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.024.152,06	1.112.187,06	1.076.043,90	1.076.043,90	1.076.043,90	36.143,16
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	293.274,85	301.674,85	290.840,34	290.840,34	260.413,01	10.834,51
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	143.220,21	147.520,21	133.894,63	133.894,63	133.894,63	13.625,58
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	7.400,00	7.400,00	0,00	0,00	0,00	7.400,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.161.200,11	4.237.465,11	2.320.144,09	2.320.144,09	2.288.660,35	1.917.321,02
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.477.794,91	1.392.794,91	953.885,27	953.885,27	949.854,85	438.909,64
CONTRIBUIÇÕES	1.477.794,91	1.392.794,91	953.885,27	953.885,27	949.854,85	438.909,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	2.683.405,20	2.844.670,20	1.366.258,82	1.366.258,82	1.338.805,50	1.478.411,38
DIÁRIAS	191.343,80	191.343,80	138.900,06	138.900,06	138.900,06	52.443,74
MATERIAL DE CONSUMO	426.497,26	469.865,26	96.048,57	96.048,57	92.336,82	373.816,69
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	139.080,00	139.080,00	1.480,00	1.480,00	1.480,00	137.600,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	111.000,00	111.000,00	50.260,23	50.260,23	50.260,23	60.739,77
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	59.055,00	71.055,00	64.551,62	64.551,62	64.551,62	6.503,38
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.278.530,94	1.202.427,94	660.304,70	660.304,70	636.563,13	542.123,24
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70.390,00	70.390,00	30.382,85	30.382,85	30.382,85	40.007,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	407.508,20	589.508,20	324.330,79	324.330,79	324.330,79	265.177,41
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	231.473,75	231.473,75	10.784,27	10.784,27	10.784,27	220.689,48
INVESTIMENTOS	231.473,75	231.473,75	10.784,27	10.784,27	10.784,27	220.689,48
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	231.473,75	231.473,75	10.784,27	10.784,27	10.784,27	220.689,48
OBRAS E INSTALAÇÕES	93.073,75	93.073,75	6.950,00	6.950,00	6.950,00	86.123,75
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	138.400,00	138.400,00	3.834,27	3.834,27	3.834,27	134.565,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	102.458,67	102.458,67	0,00	0,00	0,00	102.458,67
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>5.963.179,65</b>	<b>6.140.179,65</b>	<b>3.831.707,23</b>	<b>3.831.707,23</b>	<b>3.769.796,16</b>	<b>2.308.472,42</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>109.309,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-109.309,65</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.963.179,65</b>	<b>6.140.179,65</b>	<b>3.941.016,88</b>	<b>3.831.707,23</b>	<b>3.769.796,16</b>	<b>2.199.162,77</b>

## RESTO A PAGAR

São Despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até 31 de dezembro, pois se refere a encargos incorridos no próprio exercício.



DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.620,00	0,00	0,00	0,00	5.620,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.620,00	0,00	0,00	0,00	5.620,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>	<b>5.620,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.620,00</b>

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	0,00	40.359,92	40.350,09	9,83	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	40.359,92	40.350,09	9,83	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	6.803,83	6.774,17	29,66	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	6.803,83	6.774,17	29,66	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>	<b>47.163,75</b>	<b>47.124,26</b>	<b>39,49</b>	<b>0,00</b>

## BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro apresenta os ingressos e os dispêndios, que evidencia a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentárias, conjugados com exercício anterior.



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

COREN/TO

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	3.941.016,88	3.581.228,31	Despesa Orçamentária	3.831.707,23	3.643.940,43
RECEITA REALIZADA	3.941.016,88	3.581.228,31	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		5.620,00
RECEITA CORRENTE	3.941.016,88	3.581.228,31	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	61.911,07	47.163,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.186.132,53	2.543.243,76	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	3.769.796,16	3.591.156,68
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	3.186.132,53	2.543.243,76	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	3.759.011,89	3.588.491,68
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	3.186.132,53	2.543.243,76	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	1.470.351,54	1.468.347,06
RECEITAS PATRIMONIAIS	13.675,91	36.501,35	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.470.351,54	1.468.347,06
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.675,91	36.501,35	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.076.043,90	1.065.634,61
RECEITAS DE SERVIÇOS	257.205,52	295.903,75	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	260.413,01	283.214,84
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	257.205,52	295.903,75	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	133.894,63	119.497,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.803,47	308.334,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.288.660,35	2.120.144,62
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	45.803,47	308.334,23	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	949.854,85	803.005,10
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	45.803,47	308.334,23	CONTRIBUIÇÕES	949.854,85	803.005,10
PLATEC - RESOLUÇÃO COFEN 343/2009	45.803,47	108.334,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.338.805,50	1.317.139,52
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		200.000,00	DIÁRIAS	138.900,06	104.901,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	438.199,45	397.245,22	MATERIAL DE CONSUMO	92.336,82	43.981,06
MULTAS E JUROS DE MORA	438.177,01	329.246,49	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.480,00	
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	80.217,36	329.246,49	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	50.260,23	65.598,01
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	357.959,65		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	64.551,62	59.563,57
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.334,59	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	636.563,13	479.509,76
RESTITUIÇÕES		2.334,59	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.382,85	12.347,38
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		43.727,32	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	324.330,79	551.238,19
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		43.727,32	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	10.784,27	2.665,00
RECEITAS DIVERSAS	22,44	21.936,82	INVESTIMENTOS	10.784,27	2.665,00
OUTRAS RECEITAS	22,44	21.936,82	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	10.784,27	2.665,00
			OBRAS E INSTALAÇÕES	6.950,00	
			EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.834,27	2.665,00
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	422.739,80	378.759,66	Pagamentos Extraorçamentários	473.469,73	377.856,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		5.620,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		17.857,58
Inscrição de Restos a Pagar Processados	61.911,07	47.163,75	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	47.124,26	32.516,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.131,79	3.804,36	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.132,79	3.757,92
Outros Recebimentos Extraorçamentários	356.696,94	322.171,55	Outros Pagamentos Extraorçamentários	422.212,68	323.724,19
Saldo em espécie do Exercício Anterior	285.489,77	347.298,29	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	344.069,49	285.489,77
Caixa e Equivalente de Caixa	285.489,77	347.298,29	Caixa e Equivalente de Caixa	344.069,49	285.489,77
Depósitos. Rest. Vrs Vinculados			Depósitos. Rest. Vrs Vinculados		
<b>Total:</b>	<b>4.649.246,45</b>	<b>4.307.286,26</b>		<b>4.649.246,45</b>	<b>4.307.286,26</b>

## DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA



Demonstração dos fluxos de caixa – Compreende a movimentação financeira histórica da entidade Pública, visando à análise em torno da capacidade financeira bem como a projeção e a avaliação de cenários quanto à liquidez, solvência e endividamento.

A DFC indica quais foram às saídas e entradas de recursos no caixa durante o período e o resultado desse fluxo. Assim como Demonstrações de Resultados de Exercícios.

COREN/TO	Exercício Atual	Exercício Anterior
	Período: 01/01/2018 a 31/12/2018	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
RECEITA CORRENTE	3.941.016,88	3.581.228,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.186.132,53	2.543.243,76
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	3.186.132,53	2.543.243,76
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	3.186.132,53	2.543.243,76
RECEITAS PATRIMONIAIS	13.675,91	36.501,35
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.675,91	36.501,35
RECEITAS DE SERVIÇOS	257.205,52	295.903,75
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	257.205,52	295.903,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.803,47	308.334,23
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	45.803,47	308.334,23
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	45.803,47	308.334,23
PLATEC – RESOLUÇÃO COFEN 343/2009	45.803,47	108.334,23
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	438.199,45	397.245,22
MULTAS E JUROS DE MORA	438.177,01	329.246,49
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	80.217,36	329.246,49
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	357.959,65	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	2.334,59
RESTITUIÇÕES	0,00	2.334,59
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	43.727,32
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0,00	43.727,32
RECEITAS DIVERSAS	22,44	21.936,82
OUTRAS RECEITAS	22,44	21.936,82
OUTROS INGRESSOS	360.828,73	325.975,91
<b>DESEMBOLSOS</b>		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	3.759.011,89	3.588.491,68
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	1.470.351,54	1.468.347,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.470.351,54	1.468.347,06
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.076.043,90	1.065.634,61
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	260.413,01	283.214,84
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	133.894,63	119.497,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.288.660,35	2.120.144,62
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	949.854,85	803.005,10
CONTRIBUIÇÕES	949.854,85	803.005,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.338.805,50	1.317.139,52
DÍARIAS	138.900,06	104.901,55
MATERIAL DE CONSUMO	92.336,82	43.981,06
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.480,00	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	50.260,23	65.598,01
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	64.551,62	59.563,57
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	636.563,13	479.509,76
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.382,85	12.347,38
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	324.330,79	551.238,19
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	10.784,27	2.665,00
INVESTIMENTOS	10.784,27	2.665,00
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	10.784,27	2.665,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	6.950,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.834,27	2.665,00
OUTROS DESEMBOLSOS	473.469,73	377.856,06
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>69.363,99</b>	<b>-59.143,52</b>

**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO****INGRESSOS****DESEMBOLSOS**

CRÉD.EMP. LIQUIDADO A PAGAR - DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00
DIÁRIAS	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00
CRÉD.EMP. LIQUIDADO A PAGAR - DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		
<b>GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>69.363,99</b>	<b>-59.143,52</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>285.489,77</b>	<b>347.298,29</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</b>	<b>354.853,76</b>	<b>285.489,77</b>

**NOTA EXPLICATIVA**

O Conselho Regional do Tocantins tem como missão promover o exercício ético e legal da enfermagem, ao habilitar profissionais, orientar e fiscalizar atuações profissionais, visando à prestação de uma assistência segura e com qualidade aos profissionais de Enfermagem do Tocantins.

O Conselho é uma autarquia Federal, Dotada de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, com autonomia administrativa e financeira.



O Conselho Regional vem buscando alternativas para um bom desempenho profissional em suas atividades administrativa, financeira e contábil.

## BALANÇO PATRIMONIAL

As disponibilidades, os créditos tributários e de contribuições a receber e os demais créditos em curto prazo e longo prazo estão mensurados no valor original.

O Caixa equivalente corresponde os saldos bancários da conta de movimento, aplicação financeira.

## BANCO CONTA MOVIMENTO/ARRECAÇÃO

BANCO DO BRASIL		
01	Banco do Brasil – Aplicações (Arrecadação Movimento) AG. 3615-3 CONTA: 7149-8	R\$ 304.833,00
02	Banco do Brasil – Aplicação (Obra) AG. 3615-3 CONTA: 21324-1	R\$ 39.236,49
TOTAL:		R\$ 304.069,49

Os créditos em curto prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber, anuidades de pessoas físicas do exercício e anteriores. Demais créditos estão compostos por adiantamentos concedidos a pessoal e outros créditos a receber pelo Banco do Brasil e operados de Cartões de crédito no valor de R\$ 65.824,42, referente a recebimentos de anuidades de Profissionais.

## ALMOXARIFADO

O estoque está demonstrado ao custo de aquisição e corresponde a materiais de consumo da instituição, sendo saídas do almoxarifado mensuradas e avaliadas pelo custo médio ponderado que



temos como estoque o saldo no valor de R\$ 13.894,74 (treze mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos) que conciliam com inventario de 31/12.

## RESTO A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

O resto a pagar processado registra as despesas empenhadas e liquidadas que serão pagas no exercício seguinte.

Esta rubrica corresponde ao grupo fornecedor e contas a pagar em curto prazo, no ano de 2017 foram inscritas o valor de 47.163,75 e foi pago em 2018 o valor de 47.124,26.

Ocorreu que o valor de R\$ 29,66 foi cancelado devido ser uma despesa indevida cobrada pela empresa CLARO EMBRATEL S/A e o valor de R\$ 9,83 foi cancelado por motivo de uma diferença na guia do Pis, que foi calculado a Maior e assim corrigido que totaliza o valor de R\$ 39,49.

O Resto a Pagar não processados corresponde a empenhos não liquidados, no ano de 2017 foi inscrito o valor de 5.620,00 que foi prorrogado para o ano de 2019 por motivo de a empresa ter começado a prestar os serviços e não ter concluído, uma vez que a empresa não foi localizada mais.

## SISTEMA PATRIMONIAL

Considerando a situação que se encontra o Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins, dada administração da Entidade bem como pelo fato do Regional não apresentar sistema de controle Patrimonial, foi aberto o PAD 036/2015, a fim de solucionar e adequar o patrimônio, mas o financeiro ainda não comporta com essa despesa e que o nosso parque tecnológico não está adequado para o sistema, mais estamos trabalhando para que seja solucionado o mais breve possível. Pois através destes fatos não efetuamos a adequação, principalmente no que se refere à depreciação dos bens patrimoniais. Somente procedemos à contabilização dos bens adquiridos no exercício.

## INVENTÁRIO PATRIMONIAL



A Comissão de inventário não apresentou um relatório que se apresenta valores contabilizados historicamente no grupo Ativo Não Circulante. Isso em virtude também da situação já relatada no item acima

## DEMAIS CRÉDITOS E VALORES EM LONGO PRAZO

No ano de 2017 alguns valores oriundos do exercício anterior, foram reclassificados para o Longo Prazo. O valor totaliza R\$ 98.607,26 (noventa e oito mil seiscentos e sete reais e vinte seis centavos).

No ano de 2016 foi aberto o PAD 106/2016 (sindicância) para apurar o cheque nº 850.062 no valor de R\$ 74.282,38, compensado na conta 21.319-5. Os responsáveis foram notificados pelo Policia Federal e os mesmos apresentaram defesas na Policia Federal onde consta em andamento inquérito policial (IPL 0182/2017-4-SR/PF/TO). Os demais valores analisados estão sendo apurados através do PAD 126/2018 a fim de verificar e cobrar os devidos responsáveis a prestação de contas.

Destaca-se que o processo da PF foi encaminhado ao MPF para prosseguimento e que já foi solicitado a cópia.

## DÍVIDA ATIVA

Estamos trabalhando para regularizar a situação contábil da Dívida Ativa do Regional, já que, com os relatórios levantados, não obtivemos subsídios suficientes para a contabilização fidedigna do montante.

## RESULTADO ORÇAMENTÁRIO



No Balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas no exercício 2018.

O Superávit orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício conforme valores abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
<b>Déficit Orçamentário</b>	<b>(0,00)</b>	<b>(62.712,12)</b>
Receitas (corrente+capital)	3.941.016,88	3.581.228,31
Despesas (corrente+capital)	3.831.707,23	3.643.940,43
<b>Superávit</b>	<b>109.309,65</b>	<b>0,00</b>

## OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Consideramos prudente salientar que a execução dos trabalhos contábeis e de encerramento do exercício foi efetuada de uma forma que não conseguimos obter resultados em relação contabilização da Dívida Ativa e Patrimônio, que ora estamos trabalhando para que seja regularizado, implantando novo mecanismo e fazendo com que tenhamos bons resultados.

**WELLINGTON NOBERTO PIRES**  
CRC TO – 005180/O-1  
Chefe dOa Departamento Contábil